Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais)

		Controladora			Consolidado			
			Reapres	sentado	-	Reapresentado		
Ativo	Notas	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
Circulante								
	6	3.974	4.994	7.910	16.741	31.208	21.246	
Caixa e equivalentes de caixa	5.5	3.974	4.994	7.910	65	51.208	21.246	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado Contas a receber	3.3 7	39.261	74.014	124.921	325.584	528.212	787.269	
Imóveis a comercializar	8	24.413	32.367	50.125	979.053	1.089.181	1.154.021	
Impostos e contribuições a compensar	0	5.908	6.436	6.451	11.643	11.865	11.012	
Direito real de aquisição		3.906	0.430	0.431	11.043	3.579	3.579	
Outros ativos	10	33.544	33.201	20.358	79.554	82.744	116.002	
Outros ativos	10	33.344	33.201	20.558	19.334	62.744	116.002	
		107.100	151.012	209.765	1.412.640	1.746.794	2.093.134	
Não circulante								
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	5.5		40	1.482	3.503	6.175	7.109	
Contas a receber	7	5.918	8.648	11.406	30.246	49.426	80.481	
Contas a receber - alienação de investimento	,	2.636	2.553	2.458	2.636	2.553	2.458	
Imóveis a comercializar	8	9.196	9.089	92.568	186.492	236.954	395.362	
Valores a receber de partes relacionadas	17	464.248	489.864	565.487	63.477	76.695	85.081	
Depositos judiciais	22	404.246	409.004	434	2.170	2.170	2.524	
Dividendos a receber	9	32.486	14.768	16.804	2.170	2.170	175	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.1	32.480	23.381	10.604	-	10.300	173	
Outros ativos	10	-	23.361	-	6.337	11.171	6.232	
Outros ativos	10				0.337	11.1/1	6.232	
		514.484	548.343	690.639	294.861	395.444	579.422	
Investimentos	11	1.043.093	1.095.299	1.159.469	3.092	8.584	10.143	
Propriedade para investimento	12	-	-	-	18.384	-	-	
Imobilizado	13	2.377	2.648	2.961	3.848	4.733	5.866	
Intangível	14	208	384	1.396	21.322	22.675	24.972	
		1.045.678	1.098.331	1.163.826	46.646	35.992	40.981	
		1.560.162	1.646.674	1.854.465	341.507	431.436	620.403	
Total do ativo		1.667.262	1.797.686	2.064.230	1.754.147	2.178.230	2.713.537	

João Fortes Engenharia S.A.

Balanço Patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais)

			Controladora			Consolidado	
	•		Reapre	sentado		Reapre	sentado
Passivo	Notas	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	15	140.738	184.327	266.624	494.164	598.222	560.038
Debêntures	16	53.615	242.182	217.325	53.615	242.182	217.325
Fornecedores		12.913	12.702	18.791	58.405	57.217	71.343
Contas a pagar por aquisição de imóveis	18.1	91.429	11.992	66.729	116.823	53.802	97.324
Adiantamentos de clientes	19	-	808	6.985	26.155	43.632	78.276
Salários e encargos sociais		360	851	1.176	2.102	4.539	6.069
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	8.668	3.544	14.570
Demais tributos e contribuições a pagar	21	8.965	15.896	14.464	36.978	38.362	62.417
Dividendos a pagar		530	530	530	7.630	355	530
Provisão para garantia de obras	23	-	-	-	3.410	3.496	2.800
Programa de recuperação fiscal		17	3.075	211	615	2.641	4.493
Obrigações pela aquisição de Direitos		-	-	-	-	3.579	3.579
Provisão para recisões a pagar	24	5.446	5.711	6.012	87.752	90.537	49.484
Outros passivos	25	5.856	6.021	17.863	31.518	42.787	53.239
		319.869	484.095	616.710	927.835	1.184.895	1.221.487
	•						
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	15	27.830	22.310	96.064	72.024	91.481	327.510
Debêntures	16	240.000	240.000	333.143	-	-	93.143
Valores a pagar para partes relacionadas	17	337.290	206.321	220.558	102.771	46.566	112.752
Contas a pagar por aquisição de imóveis	18.1	-	45.600	45.600	28.908	76.383	120.534
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.1	28.889	-	32.957	46.074	-	60.745
Demais contribuições sociais diferidas		1.916	2.119	2.545	5.196	6.042	8.402
Programa de Recuperação Fiscal		1.393	1.393	1.606	2.912	58.026	12.421
Provisão para contingências	22	163.728	125.449	89.779	237.442	144.314	100.202
Provisão para garantia de obras	23	-	-	-	6.703	7.833	10.665
Provisão para passivo a descoberto de controladas	11	205.214	144.887	75.603	_	-	_
Adiantamentos de clientes	19	_	-	_	2.605	2.037	6.493
Outros passivos	25	4.974	9.680	21.289	60.838	50.618	69.271
		1.011.234	797.759	919.144	565.473	483.300	922.138
	•						
Patrimônio líquido							
Capital social	27.1 / 27.2	2.103.387	1.851.386	1.440.888	2.103.387	1.851.386	1.440.888
Ações em tesouraria	27.3	(12.058)	(12.058)	(12.058)	(12.058)	(12.058)	(12.058)
Operação com não Controladores		(1.011)	(1.011)	(1.011)	(1.011)	(1.011)	(1.011)
Prejuízos acumulados		(1.754.159)	(1.322.485)	(899.443)	(1.754.159)	(1.322.485)	(899.443)
		336.159	515.832	528.376	336.159	515.832	528.376
Participação dos não controladores		-	-	-	(75.320)	(5.797)	41.536
Total do patrimônio líquido	•	336.159	515.832	528.376	260.839	510.035	569.912
i otai uo patrinionio nquiuo		330.139	513.832	328.370	200.839	310.033	309.912
Total do passivo e patrimônio líquido	;	1.667.262	1.797.686	2.064.230	1.754.147	2.178.230	2.713.537

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Contro	ladora	Conso	lidado
		01/01/2018 a	Reapresentado 01/01/2017 a	01/01/2018 a	Reapresentado 01/01/2017 a
Demonstração dos resultados	Notas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida das vendas e da prestação de serviços	28	8.117	28.726	98.781	160.486
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	28	(16.078)	(49.328)	(160.770)	(231.272)
,				(/	
Lucro bruto	28	(7.961)	(20.602)	(61.989)	(70.786)
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	31.1	(2.725)	(7.025)	(23.251)	(32.543)
Reversão/ Provisão das Perdas Estimadas de Créditos		(5.666)	7.794	(14.537)	(7.649)
Gerais e administrativas	31.2	(11.215)	(21.019)	(45.278)	(44.875)
Honorários da Administração	17.1	(829)	(1.162)	(2.282)	(3.583)
		(20.435)	(21.412)	(85.348)	(88.650)
Outras despesas operacionais	30	(62.970)	(176.214)	(233.217)	(358.221)
Outras receitas operacionais	30	2.509	64.782	2.968	77.685
		(60.461)	(111.432)	(230.249)	(280.536)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e das		(*******/	(**********	(=======	(200,000)
participações societárias		(88.857)	(153.446)	(377.586)	(439.972)
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	29	(12.616)	(16.967)	(74.363)	(103.431)
Receitas financeiras	29	17.821	13.186	42.230	17.942
	29	5.205	(3.781)	(32.133)	(85.489)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	11	(337.373)	(321.635)	(27.129)	(6.671)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(421.025)	(478.862)	(436.848)	(532.132)
					· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Imposto de renda e contribuição social	20.2			(10.050)	(0.220)
Do período Diferidos	20.2 20.2	14.507	56.337	(10.950) 19.979	(9.238)
Diferidos	20.2	14.597	30.337	19.979	70.817
		14.597	56.337	9.029	61.579
Prejuízo líquido do exercício	32	(406.428)	(422.525)	(427.819)	(470.553)
Atribuível a					
Acionista da Companhia		(406.428)	(422.525)	(406.428)	(422.525)
Participação dos não controladores		(400.420)	(+22.323)	(21.391)	(48.028)
		 -	·		
		(406.428)	(422.525)	(427.819)	(470.553)
Prejuízo líquido por ação (básico e diluído) do capital social	32		:	(1,9618)	(1,0048)

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Control	adora	Consol	idado
		Reapresentado		Reapresentado
	01/01/2018	01/01/2017	01/01/2018	01/01/2017
Demonstração dos resultados abrangentes	a 31/12/2018	a 31/12/2017	a 31/12/2018	a 31/12/2017
Lucro Líquido do período Outros resultados abrangentes	(406.428)	(422.525)	(427.819)	(470.553)
Resultado abrangente total	(406.428)	(422.525)	(427.819)	(470.553)
Atribuído a sócios da empresa controladora Atribuído a sócios não controladores	(406.428)	(422.525)	(406.428) (21.391)	(422.525) (48.028)
	(406.428)	(422.525)	(427.819)	(470.553)

João Fortes Engenharia S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Atribuível ao	Atribuível aos acionistas da controladora	ntroladora			
		Operação com	2			Participação dos	Total do
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital	nao controladores	Açoes em tesouraria	Prejuizos acumulados	Total	nao controladores	patrimonio líquido
Em 31 de dezembro de 2016	1.440.888	(1.011)	(12.058)	(899.443)	528.376	41.536	569.912
Operações com não controladores	1	ı	1	1	1	969	969
raiticipação de minoritarios em controladas Redução de participação acionária Trancoão do Canital com os cácios	ı	ı	1	(517)	(517)	1	(517)
i alisação de Capital Aumento de capital	201.899	1	ı	ı	201.899	1	201.899
Adiantamento para futuro aumento de capital	208.599	•	1	1	208.599	•	208.599
Prejuízo do período	1	1	1	(422.525)	(422.525)	(48.028)	(470.553)
Em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	1.851.386	(1.011)	(12.058)	(1.322.485)	515.832	(5.797)	510.035
Reconhecimento de perda de crédito esperada conforme o CPC 48 / IFRS 9		ı	•	(25.246)	(25.246)	(968)	(25.642)
Operações com não controladores	1	1	ı	ı	ı	683	683
Redução de participação acionária	1	ı	ı	ı	1	(48.419)	(48.419)
nanagao de capital Aumento de capital Prejuízo do período	252.001	1 1		(406.428)	252.001 (406.428)	(21.391)	252.001 (427.819)
Em 31 de dezembro de 2018	2.103.387	(1.011)	(12.058)	(1.754.159)	336.159	(75.320)	260.839

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios finos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais)

	Contro	ladora	Consol	idado
	01/01/2018	Reapresentado 01/01/2017	01/01/2018	Reapresentado 01/01/2017
Demonstração dos fluxo de caixa	a 31/12/2018	a 31/12/2017	a 31/12/2018	a 31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(421.025)	(478.862)	(436.848)	(532.132)
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa				
Resultado na alienação de participação	1.027	26.604	1.027	26.604
Depreciação e amortização	757	1.743	1.414	2.025
Provisão para contingências e reversão de provisões Resultado da equivalência patrimonial	27.122 337.373	36.303 321.635	76.170 27.129	55.041 6.671
Juros provisionados	67.053	98.977	141.570	184.785
Pis e cofins diferidos	14.394	55.911	19.133	68.458
Imposto de renda e contribuição social diferidos	52.270	(56.338)	56.374	(71.045)
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	78.971	5.973	(114.031)	(259.593)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	36.885	53.665	220.814	290.112
Imóveis a comercializar	7.847	101.237	160.590	223.248
Impostos e contribuições a compensar Gastos com vendas a propriar	528 (23)	15 (4.011)	222 (1.689)	(853) (8.046)
Outros ativos	(320)	(8.832)	13.292	36.365
Fornecedores	211	(6.089)	1.188	(14.126)
Contas a pagar por aquisição de imóveis	33.837	(54.737)	15.546	(87.673)
Salários e encargos sociais	(491)	(325)	(2.437)	(1.530)
Tributos a pagar Provisões	(9.989)	4.083	(58.524)	19.698 (12.711)
Adiantamentos de clientes	11.157 (808)	(199) (6.177)	15.742 (16.909)	(39.100)
Outros passivos	(5.136)	(23.752)	(7.473)	11.948
•	152.669	60.851	226.331	157.739
Caixa utilizado nas operações				
Pagamento de juros dos empréstimos e financiamentos Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.753)	(96.943)	(54.154) (5.826)	(145.161) (20.264)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	136.916	(36.092)	166.351	(7.686)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
(Aumento) dos investimentos	(225.867)	(215.302)	(22.664)	(32.233)
(Aumento) da propriedade para investimento	-	-	(18.384)	-
(Aumento) / Redução de bens do ativo imobilizado e intangível Ativos financeiros e instrumentos financeiros	(310) 40	(418) 1.442	824 2.672	1.404 934
Valor recebido (concedido) pela alienação de investimentos	(83)	(95)	(83)	(95)
Dividendos recebidos	(17.718)	2.036	-	175
Mútuos recebidos (concedidos) à controladas	70.805	125.115	(9.698)	
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	(173.133)	(87.222)	(47.333)	(29.815)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
De terceiros Amortização de empréstimos e financiamentos	(68.108)	(151.155)	(215.739)	(286.835)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	5.232	14.000	31.301	70.296
Debêntures	(215.060)	(89.216)	(215.060)	(89.216)
Dos acionistas/partes relacionadas				
Aumento de capital	252.001	201.899	252.001	201.899
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	208.599	7 275	208.599
Dividendos pagos Obtenção (concessão) de empréstimos com outras partes relacionadas	61.132	(63.729)	7.275 54.473	(175) (57.800)
Outros movimentos de acionistas não controladores	-	-	(47.736)	695
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	35.197	120.398	(133.485)	47.463
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.020)	(2.916)	(14.467)	9.962
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.994	7.910	31.208	21.246
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.974	4.994	16.741	31.208

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais)

	Contro	oladora	Conso	lidado
Demonstração do valor adicionado	01/01/2018 a 31/12/2018	Reapresentado 01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	Reapresentado 01/01/2017 a 31/12/2017
n				
Receitas	8.937	31.983	102 671	169.750
Incorporação, revenda de imóveis e serviços Outras receitas operacionais	2.509	64.782	103.671 2.968	168.750 77.685
Outras recenas operacionais	11.446	96.765	106.639	246.435
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(15.937)	(49.132)	(153.105)	(215.697)
Materiais, energias, servs. de terceiros e outros	(9.639)	(7.533)	(60.979)	(56.454)
Outras despesas operacionais	(24.407)	(140.832)	(119.106)	(320.033)
Despesas com provisões	(38.564)	(35.381)	(114.111)	(38.188)
	(88.547)	(232.878)	(447.301)	(630.372)
Valor Adicionado Bruto Retenções:	(77.101)	(136.113)	(340.662)	(383.937)
Depreciação	(757)	(1.743)	(1.414)	(2.025)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(77.858)	(137.856)	(342.076)	(385.962)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(337.373)	(321.635)	(27.129)	(6.671)
Receita financeiras	17.821	13.186	42.230	17.942
	(319.552)	(308.449)	15.101	11.271
Valor adicionado total a distribuir	(397.410)	(446.305)	(326.975)	(374.691)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	8.287	9.287	27.243	40.145
Honorários da administração	829	1.162	2.282	3.583
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(13.778)	(53.082)	(4.491)	(54.072)
Municipais	-	2	352	756
Remuneração capital de terceiros		_		
Juros	12.616	16.967	74.363	103.431
Aluguéis	1.064	1.884	1.095	2.019
Lucros retidos/prejuízo do exercício	(406.428)	(422.525)	(427.819)	(470.553)
Valor adicionado distribuído	(397.410)	(446.305)	(326.975)	(374.691)

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A João Fortes Engenharia S.A. é uma sociedade anônima constituída em 28 de setembro de 1957, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e filiais em Brasília e Salvador. A Companhia possui capital aberto desde 1973 e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA S.A. - sob o código JFEN3.

A João Fortes Engenharia S.A. ("Companhia") tem como objetivo social: a) a indústria de construção civil; b) a elaboração de estudos e projetos de arquitetura e de engenharia civil, a execução de trabalhos e a prestação de quaisquer serviços de engenharia civil; c) a elaboração de estudos e projetos e a execução de serviços em geral de engenharia elétrica, engenharia hidráulica, de irrigação, de saneamento e de engenharia agronômica; d) as incorporações imobiliárias e a comercialização de imóveis; e) o planejamento, implantação e a comercialização de loteamentos, condomínios horizontais, residenciais, comerciais ou industriais; f) a administração e a locação de bens imóveis próprios; h) assunção de suas responsabilidades sociais e ambientais diante da sociedade e de seu público alvo; e i) tudo o mais que se fizer necessário para perfeita realização dos referidos objetivos.

As sociedades controladas, criadas com o propósito específico de desenvolver o empreendimento, de forma isolada ou em conjunto com outros parceiros, em sua maioria, compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia.

A deterioração do ambiente de negócios e a situação política e econômica vivida pelo país, caracterizados por alta de juros, aliados à queda na atividade econômica, à redução no acesso ao crédito imobiliário e momentâneo baixo nível de investimento, são fatores que contribuíram para queda nas vendas e aumento de distratos, levando a uma elevação das despesas financeiras e do fluxo de caixa requerido ao serviço da dívida. Consequentemente, a Companhia apresentou prejuízo de R\$406.428 na controladora e R\$427.819 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$422.525 na controladora e R\$470.553 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

No decorrer do ano de 2017 a companhia apresentou uma geração de caixa operacional positiva (consolidado), contudo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, devido ao grande volume de amortizações de empréstimos e juros de empréstimos no período a companhia apresentou uma geração de caixa operacional negativa. A companhia gerenciou sua necessidade de liquidez através de renovação e alongamento de operações existentes e aumento de capital (vide Nota Explicativa nº 27.2).

Para fazer frente às necessidades de vencimento de sua dívida e fluxo operacional, a companhia vem trabalhando em negociações nas seguintes frentes, cujo sucesso é fundamental para transpor os desafios do contexto atual: (i) estruturação de financiamentos vinculados à projetos; (ii) renovação e alongamento de operações existentes dentro dos limites que já possui junto às instituições financeiras com que opera; (iii) venda de ativos; (iv) novas operações de financiamento junto a instituições financeiras ou fundos de investimento.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2 Apresentação das demonstrações contábeis e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária do Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais consideram, adicionalmente, a orientação contida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 02/2018 sobre aplicação CPC 47 (IFRS15) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil com referência aos aspectos de transferência de controle na venda de unidades imobiliárias. Essas práticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.2. Base de preparação das demonstrações contábeis

Em 15 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e autorizou sua divulgação.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes ao custo orçado total dos empreendimentos, seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e de intangíveis, além da determinação de provisões para tributos e contingências e outras similares, cujos resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais, identificadas como "controladora", foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e são divulgadas em conjunto com demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais da Companhia não são consideradas em conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS), uma vez que consideram a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas nas demonstrações financeiras da controladora. Pelo fato de não haver diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados da controladora e consolidado, a Companhia optou por apresentar essas informações individuais e consolidadas em um único conjunto.

(ii) <u>Demonstrações contábeis consolidadas</u>

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Especificamente as demonstrações contábeis consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da Administração da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 02/2018 sobre na aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes (IFRS 15).

2.3. Consolidação

(i) <u>Demonstrações contábeis consolidadas</u>

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

a. Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). Nas sociedades em que a Companhia detém menos de 50% do capital votante, acordos garantem à Companhia direito de veto em decisões que afetem significativamente os negócios da sociedade, garantindo-lhe o controle compartilhado, as quais são consolidadas de forma proporcional à participação societária nessas sociedades. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a companhia.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Controladora usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios, são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Controladora reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlado no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial, anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas, quando existentes, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas e as suas demonstrações contábeis ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as políticas adotadas pela Controladora.

b. Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixar de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Consolidação

Na consolidação foram eliminadas as parcelas correspondentes aos saldos dos ativos e passivos, bem como as receitas e despesas decorrentes de transações entre as sociedades. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas, quando existentes, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas e as suas demonstrações contábeis ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as políticas adotadas pela controladora.

Para as sociedades controladas sob controle conjunto ("joint ventures"), as informações não são consolidadas, sendo os respectivos investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Diferenças de práticas contábeis entre as controladas e a controladora, quando aplicável, são ajustadas às práticas contábeis da controladora, para fins de registro do resultado de equivalência patrimonial na controladora, como também para fins de consolidação. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da João Fortes Engenharia S.A. e de suas sociedades controladas (individualmente ou criadas para propósitos específicos de administração de empreendimentos imobiliários), conforme detalhado na nota explicativa 11.

(ii) <u>Demonstrações contábeis individuais</u>

Nas demonstrações contábeis individuais, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.4. Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Consolidado.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6. Reapresentação

Entre os exercícios de 2011 e de 2013 a Campanhia adquiriu nove empresas que na época não se enquadravam na definição de negócio, nos termos do pronunciamento técnico CPC 15 (R1) — Combinação de Negócios, mas sim como ativo, e desta forma as registraram como se tivesse adquirido um ativo quando da divulgação das demonstrações contábeis. Isto é, apenas na apresentação das demonstrações contábeis quando divulgadas, os saldos das empresas adquiridas eram classificados linha a linha como ativos, passivos e resultado dentro da controladora. Após o período da aquisição as empresas se tornaram um negócios contudo continuaram sendo divulgada como sendo um ativo da controladora. Em 2018 para corrigir este procedimento a Companhia deixou de divulgar como sendo um Ativo como segue:

- retirou os valores de ativo, passivo e resultado, linha a linha da Controladora (Companhia).
- está divulgando as empresas adquiridas como investimento no ativo não circulante e os consolidados.

	C o ntro la do ra							
		31/12/2017			01/01/2017			
Ativo	Originalmente divulgado	A jus tes	Reapresentado	Originalmente divulgado	A jus te s	Reapresentado		
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	16.968	(11.974)	4.994	8.518	(608)	7.910		
Contas a receber	152.364	(78.350)	74.014	255.495	(130.574)	124.921		
Imóveis a comercializar	247.534	(215.167)	32.367	235.065	(184.940)	50.125		
Impostos e contribuições a compensar	6.720	(284)	6.436	6.688	(237)	6.451		
Outro s ativo s	44.678	(11.477)	33.201	31.246	(10.888)	20.358		
	468.264	(317.252)	15 1.0 12	537.012	(327.247)	209.765		
Não circulante								
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	40	-	40	7.109	(5.627)	1.482		
Contas a receber	49.655	(41.007)	8.648	55.007	(43.601)	11.406		
Contas a receber - alienação de investimento	2.553	-	2.553	2.458	-	2.458		
Imóveis a comercializar	107.705	(98.616)	9.089	189.100	(96.532)	92.568		
Valores a receber de partes relacionadas	5 10 .3 14	(20.450)	489.864	560.827	4.660	565.487		
Depositos judiciais	-	-	-	373	61	434		
Dividendos a receber	13.520	1.248	14.768	15.556	1.248	16.804		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.259	3.122	23.381	-	-	-		
Outro s ativo s	1.592	(1.592)	-	369	(369)	-		
	705.638	(157.295)	548.343	830.799	(140.160)	690.639		
Investimentos	710.382	384.917	1.095.299	789.071	370.398	1.159.469		
Im o biliza do	2.660	(12)	2.648	2.977	(16)	2.961		
Intangível	384	-	384	1.395	1	1.396		
Ç	713.426	384.905	1.098.331	793.443	370.383	1.163.826		
	1.419.064	227.610	1.646.674	1.624.242	230.223	1.854.465		
Totaldo ativo	1.887.328	(89.642)	1.797.686	2.161.254	(97.024)	2.064.230		

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	C o ntro la do ra							
		3 1/12/2017			01/01/2017			
Passivo	Originalmente divulgado	A jus te s	Reapresentado	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado		
Circulante								
Emprés timos e financiamentos	212.792	(28.465)	184.327	322.291	(55.667)	266.624		
Debêntures	242.182	-	242.182	217.325	-	217.325		
Fornecedores	17.575	(4.873)	12.702	25.115	(6.324)	18.791		
Contas a pagar por aquis ição de imóveis	24.191	(12.199)	11.992	67.654	(925)	66.729		
Adiantamentos de clientes	16.381	(15.573)	808	23.076	(16.091)	6.985		
Salários e encargos sociais	1.240	(389)	851	1.538	(362)	1.176		
Imposto de renda e contribuição sociala pagar	93	(93)	-	2.380	(2.380)	-		
Demais tributos e contribuições a pagar	18.078	(2.182)	15.896	19.461	(4.997)	14.464		
Dividendos a pagar	530	-	530	530	-	530		
Programa de recuperação fiscal	8.874	(5.799)	3.075	429	(218)	211		
Rescisões a Pagar	19.903	(14.192)	5.711	10.408	(4.396)	6.012		
Outros passivos	15.007	(8.986)	6.021	23.775	(5.912)	17.863		
	576.846	(92.751)	484.095	713.982	(97.272)	6 16.7 10		
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	22.310	-	22.310	96.064	-	96.064		
Debêntures	209.000	31.000	240.000	302.143	31.000	333.143		
Valores a pagar para partes relacionadas	218.166	(11.845)	206.321	215.032	5.526	220.558		
Contas a pagar por aquis ição de imóveis	48.925	(3.325)	45.600	60.199	(14.599)	45.600		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	37.948	(4.991)	32.957		
Demais contribuições sociais diferidas	3.798	(1.679)	2.119	4.599	(2.054)	2.545		
Programa de Recuperação Fiscal	1.5 17	(124)	1.393	2.410	(804)	1.606		
Provisão para contingências	125.691	(242)	125.449	89.779	-	89.779		
Provisão para passivo a descoberto de controla	144.886	1	144.887	75.603	=	75.603		
Outros passivos	20.357	(10.677)	9.680	35.119	(13.830)	21.289		
	794.650	3.109	797.759	918.896	248	919.144		
Patrimônio líquido								
Capitalsocial	1.851.386	-	1.85 1.386	1.440.888	-	1.440.888		
Ações em tesouraria	(12.058)	-	(12.058)	(12.058)	_	(12.058)		
Operação com não Controladores	(1.011)	-	(1.011)	(1.011)	-	(1.011)		
P rejuízos acumulados	(1.322.485)	-	(1.322.485)	(899.443)	-	(899.443)		
Total do patrimônio líquido	515.832	_	515.832	528.376	-	528.376		
Total do passivo e patrimônio líquido	1.887.328	(89.642)	1.797.686	2.161.254	(97.024)	2.064.230		

			Conso	lidado		
		3 1/12/2017			01/01/2017	
	Originalmente			Originalmente		
Ativo	divulgado	Ajustes	Reapresentado	divulgado	Ajustes	Reapresentado
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	30.689	5 19	31.208	20.786	460	21.246
Ativos financeiros ao valor justo por meio de res	5	-	5	5	-	5
Contas a receber	428.141	100.071	528.212	729.494	57.775	787.269
Imóveis a comercializar	1.036.817	52.364	1.089.181	1.102.650	51.371	1.154.021
Impostos e contribuições a compensar	11.836	29	11.865	10.983	29	11.0 12
Direito real de aquis ição	3.579	-	3.579	3.579	-	3.579
Outro s ativo s	81.993	751	82.744	115.800	202	116.002
	1.593.060	153.734	1.746.794	1.983.297	109.837	2.093.134
Não circulante						
Ativos financeiros ao valor justo por meio de res	6.175	_	6.175	7.109	-	7.109
Contas a receber	140.829	(91.403)	49.426	119.231	(38.750)	80.481
Contas a receber - alienação de investimento	2.553	· · · · · ·	2.553	2.458	· · · · · · · ·	2.458
Imóveis a comercializar	236.968	(14)	236.954	395.361	1	395.362
Valores a receber de partes relacionadas	100.769	(24.074)	76.695	85.025	56	85.081
Depositos judiciais	2.170	· · · · · · · ·	2.170	2.524	-	2.524
Dividendos a receber	175	(175)	_	175	-	17.5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.166	(21.866)	10.300	-	-	-
Outro s ativo s	6.398	4.773	11.17 1	5.124	1.108	6.232
	528.203	(132.759)	395.444	617.007	(37.585)	579.422
Investimentos	8.583	1	8.584	10.407	(264)	10.143
Im o biliza do	4.733	_	4.733	5.864	2	5.866
Intangível	22.675	_	22.675	24.972	_	24.972
	35.991	1	35.992	41.243	(262)	40.981
	564.194	(132.758)	431.436	658.250	(37.847)	620.403
Total do ativo	2.157.254	20.976	2.178.230	2.641.547	71.990	2.713.537

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	C o ns o lida do							
		3 1/12/2017			01/01/2017			
Passivo	Originalmente divulgado	Ajus te s	Reapresentado	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado		
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	594.628	3,594	598,222	556.584	3,454	560.038		
Debêntures	242.182	-	242.182	217.325	-	217.325		
Fornecedores	55.541	1.676	57.217	69.520	1.823	71.343		
Contas a pagar por aquisição de imóveis	53.802	-	53,802	95.249	2.075	97.324		
Adiantamentos de clientes	43.583	49	43,632	78.220	56	78.276		
Salários e encargos sociais	4.537	2	4.539	6.039	30	6.069		
R e CS s/lucro líquido a pagar	3.418	126	3.544	14.461	109	14.570		
Demais tributos e contribuições sociais a pagar	38.267	95	38.362	62.087	330	62.417		
Dividendos a pagar	530	(175)	355	530	-	530		
Provisão para garantia de obras	3.496	_	3,496	2.800	_	2.800		
Programa de recuperação fiscal	8.250	(5.609)	2.641	3.040	1.453	4.493		
Obrigações pela aquisição de Direitos	3.579	-	3,579	3.579	_	3.579		
Rescisões a Pagar	89.490	1.047	90.537	49.029	455	49.484		
Outros passivos	42.729	58	42.787	53.182	57	53.239		
	1.184.032	863	1.184.895	1.211.645	9.842	1.221.487		
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	91.481	_	91.481	327.510	_	327.510		
Debêntures	_	_	_	93.143	_	93.143		
Valores a pagar para partes relacionadas	69.506	(22.940)	46.566	112.736	16	112.752		
Contas a pagar por aquis ição de imóveis	74.307	2.076	76.383	120.534	-	120.534		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.528	(21.528)	-	59.980	765	60.745		
Demais contribuições sociais diferidas	6.020	22	6.042	8.121	281	8.402		
Programa de Recuperação Fiscal	51.849	6.177	58.026	13.719	(1.298)	12.421		
Provisão para contingências	143.592	722	144.314	100.202		100.202		
Provisão para garantia de obras	7.833	-	7.833	10.665	-	10.665		
Adiantamentos de clientes	2.037	-	2.037	6.493	-	6.493		
Outros passivos	49.957	661	50.618	68.807	464	69.271		
	5 18.110	(34.810)	483.300	921.910	228	922.138		
Patrimônio líquido								
Capitalsocial	1.851.386	_	1.851.386	1.440.888	_	1.440.888		
Ações em tesouraria	(12.058)	-	(12.058)	(12.058)	-	(12.058)		
Operação com não Controladores	(1.011)	-	(1.011)	(1.011)	-	(1.011)		
P rejuízos acumulados	(1.322.485)	-	(1.322.485)	(899.443)	-	(899.443)		
•	515.832	-	515.832	528.376	-	528.376		
Participação dos não controladores	(60.720)	54.923	(5.797)	(20.384)	61920	41.536		
Total do patrimônio líquido	455.112	54.923	510.035	507.992	61.920	569.912		
Total do pas sivo e patrimônio líquido	2.157.254	20.976	2.178.230	2.641.547	71.990	2.713.537		

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	3 1/12 /			
0-1-11				Consolidado	
Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente divulgado	Ajustes	Reapresentado
42.185	(13.459)	28.726	165.162	(4.676)	160.486
(62.319)	12.991	(49.328)	(232.508)	1.236	(231.272)
(20.134)	(468)	(20.602)	(67.346)	(3.440)	(70.786)
(9.544)	2.519	(7.025)	(32.128)	(415)	(32.543)
6.769	1.025	7.794	(6.826)	(823)	(7.649)
				(171)	(44.875)
(1.161)	(1)	(1.162)	(3.583)		(3.583)
(25.428)	4.016	(21.412)	(87.241)	(1.409)	(88.650)
(18 1.3 11)	5.097	(176.214)	(356.421)	(1.800)	(358.221)
64.785	(3)	64.782	77.685		77.685
(116.526)	5.094	(111.432)	(278.736)	(1.800)	(280.536)
(162.088)	8.642	(153.446)	(433.323)	(6.649)	(439.972)
(32.366)	15.399	(16.967)	(102.108)	(1.323)	(103.431)
14.354	(1.168)	13.186	17.780	162	17.942
(18.012)	14.231	(3.781)	(84.328)	(1.161)	(85.489)
(298.098)	(23.537)	(321.635)	(6.672)	1	(6.671)
(479, 100)	(664)	(470.062)	(52.4.222)	(7,000)	(522, 122)
(4/8.198)	(664)	(4/8.862)	(524.323)	(7.809)	(532.132)
			(2.22)		
, ,		-	, ,		(9.238)
57.357	(1.020)	56.337	70.523	294	70 .8 17
55.673	664	56.337	61.441	13 8	61.579
(422.525)		(422.525)	(462.882)	(7.671)	(470.553)
(422.525)	-	(422.525)	(422.525)	-	(422.525)
,			(40.357)	(7.671)	(48.028)
(422.525)	-	(422.525)	(462.882)	(7.671)	(470.553)
	42.185 (62.319) (20.134) (9.544) 6.769 (21.492) (1.161) (25.428) (181.311) 64.785 (116.526) (162.088) (32.366) 14.354 (18.012) (298.098) (478.198) (1.684) 57.357 55.673 (422.525)	42.185 (13.459) (62.319) (12.991) (20.134) (468) (468) (20.134) (468) (20.134) (468) (20.134) (468) (21.492) (2	42.185 (13.459) 28.726 (62.319) 12.991 (49.328) (20.134) (468) (20.602) (9.544) 2.519 (7.025) 6.769 1.025 7.794 (21.492) 473 (21.019) (1.161) (1) (1.162) (25.428) 4.016 (21.412) (18.1311) 5.097 (176.214) 64.785 (3) 64.782 (116.526) 5.094 (111.432) (162.088) 8.642 (153.446) (32.366) 15.399 (16.967) 14.354 (1.168) 13.186 (18.012) 14.231 (3.781) (298.098) (23.537) (321.635) (478.198) (664) (478.862) (1684) 1.684 - 57.357 (1.020) 56.337 55.673 664 56.337 (422.525) - (422.525) - (422.525) -	42.185 (13.459) 28.726 165.162 (62.319) 12.991 (49.328) (232.508) (20.134) (468) (20.602) (67.346) (9.544) 2.519 (7.025) (32.128) 6.769 1.025 7.794 (6.826) (21.492) 473 (21.019) (44.704) (1.161) (1) (1.162) (3.583) (25.428) 4.016 (21.412) (87.241) (18.1311) 5.097 (176.214) (356.421) 64.785 (3) 64.782 77.685 (116.526) 5.094 (111.432) (278.736) (162.088) 8.642 (153.446) (433.323) (32.366) 15.399 (16.967) (102.108) 14.354 (1.168) 13.186 17.780 (18.012) 14.231 (3.781) (84.328) (298.098) (23.537) (321.635) (6.672) (478.198) (664) (478.862) (524.323) (55.673) 664 56.337 61.441 (422.525)	42.185 (13.459) 28.726 165.162 (4.676) (62.319) 12.991 (49.328) (232.508) 1236 (20.134) (468) (20.602) (67.346) (3.440) (9.544) 2.519 (7.025) (32.128) (415) 6.769 1.025 7.794 (6.826) (823) (21.492) 473 (21.019) (44.704) (171) (11.61) (1) (1.162) (3.583) - (25.428) 4.016 (21.412) (87.241) (1409) (18.131) 5.097 (176.214) (356.421) (1800) (44.785 (3) 64.782 77.685 - (116.526) 5.094 (111.432) (278.736) (1800) (162.088) 8.642 (153.446) (433.323) (6.649) (32.366) 15.399 (16.967) (102.108) (13.23) 14.354 (1.168) 13.186 17.780 162 (18.012) 14.231 (3.781) (84.328) (1.161) (478.198) (664)

		3 1/12/2 0 17						
	(Controladora			C o ns o lid ad o			
Demonstração dos resultados abrangentes	Orig inalmente divulg ado	Ajustes	Reapresentado	Orig inalmente divulg ado	Ajustes	Reapresentado		
Lucro Líquido do período Outros resultados abrangentes	(422.525)	-	(422.525)	(462.882)	(7.671)	(470.553)		
Resultado abrangente total	(422.525)		(422.525)	(462.882)	(7.671)	(470.553)		
Atribuído a sócios da empresa controladora Atribuído a sócios não controladores	(422.525)	-	(422.525)	(422.525) (40.357)	- (7.671)	(422.525) (48.028)		
	(422.525)	_	(422.525)	(462.882)	(7.671)	(470.553)		

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	3 1/12/2 0 17					
	Controladora Consolidado					
Demonstração dos fluxo de caixa	Orig inalmente divulg ado	Ajustes	Reapresentado	Orig inalmente divulg ado	Ajustes	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(478.198)	(664)	(478.862)	(524.323)	(7.809)	(532.132)
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa	25.504		25.504	25.504		25.504
Resultado na alienação de participação	26.604 1.747	- (4)	26.604 1.743	26.604 2.793	(769)	26.604 2.025
Depreciação e amortização Provisão para contingências e reversão de provisões	35.209	(4) 1.094	36.303	51.854	(768) 3.187	55.041
Resultado da equivalência patrimonial	298.098	23.537	321.635	6.672	(1)	6.671
Juros provisionados	86.692	12.285	98.977	12 1.53 9	63.246	184.785
Pis e cofins diferidos	56.556	(645)	55.911	68.422	36	68.458
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(57.357)	1.0 19	(56.338)	(70.523)	(522)	(71.045)
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	(30.649)	36.622	5.973	(316.962)	57.369	(259.593)
Variações nos ativos e passivos						
Contas a receber	108.483	(54.818)	53.665	279.753	10.359	290.112
Imóveis a comercializar	68.926	32.311	10 1.2 3 7	224.226	(978)	223.248
Impostos e contribuições a compensar	(32)	47	15	(853)	- (2)	(853)
Gastos com vendas a propriar	(4.652)	641	(4.011)	(8.044)	(2)	(8.046)
Outros ativos Fornecedores	(10.002)	1.170 1.451	(8.832)	40.577	(4.212)	36.365
Contas a pagar por aquisição de imóveis	(7.540) (54.737)	1.431	(6.089) (54.737)	(13.979) (87.674)	(147) 1	(14.126) (87.673)
Salários e encargos sociais	(298)	(27)	(325)	(1.502)	(28)	(1.530)
Tributos a pagar	6.169	(2.086)	4.083	19.520	178	19.698
Provisões	1.075	(1.274)	(199)	(10.246)	(2.465)	(12.711)
Adiantamentos de clientes	(6.695)	518	(6.177)	(39.093)	(7)	(39.100)
Outros passivos	(14.886)	(8.866)	(23.752)	11.066	882	11.948
	55.162	5.689	60.851	96.789	60.950	157.739
Caixa utilizado nas operações						
Pagamento de juros dos empréstimos e financiamentos	(53.040)	(43.903)	(96.943)	26.856	(172.017)	(145.161)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.971)	3.971		(20.126)	(138)	(20.264)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(1.849)	(34.243)	(36.092)	103.519	(111.205)	(7.686)
Fluxos de caixa das atividades de investimento						
(Aumento) dos investimentos	(177.247)	(38.055)	(215.302)	(31.968)	(265)	(32.233)
(Aumento) / Redução de bens do ativo imobilizado e intangível	(419)	(38.033)	(418)	635	769	1.404
Ativos financeiros e instrumentos financeiros	7.069	(5.627)	1.442	933	1	934
Valor recebido (concedido) pela alienação de investimentos	(95)	-	(95)	(95)	_	(95)
Dividendos recebidos	2.036	-	2.036	-	175	175
Mútuos recebidos (concedidos) à controladas	113.002	12.113	12 5.115			
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de						
investimento	(55.654)	(31.568)	(87.222)	(30.495)	680	(29.815)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
De terceiros	,	-0		,	40.0	
Amortização de empréstimos e financiamentos	(209.974)	58.819	(151.155)	(395.745)	108.910	(286.835)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	14.000	-	14.000	70.296	-	70.296
Debêntures	(89.216)	-	(89.216)	(89.216)	-	(89.216)
Dos acionistas/partes relacionadas						
Aumento de capital	201.899	_	201.899	201.899	_	201.899
Adiantamento para futuro aumento de capital	208.599	-	208.599	208.599	-	208.599
Dividendos pagos	-	-	-	-	(175)	(175)
Obtenção (concessão) de empréstimos com outras partes relacionadas	(59.355)	(4.374)	(63.729)	(58.975)	1.175	(57.800)
Outros movimentos de acionistas não controladores				21	674	695
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	65.953	54.445	120.398	(63.121)	110.584	47.463
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	8.450	(11.366)	(2.916)	9.903	59	9.962
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.518	(608)	7.910	20.786	460	21.246
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	16.968	(11.974)	4.994	30.689	519	31.208
	10.700					

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	3 1/12/2 0 17					
	Controladora			C o ns o lid ad o		
	Originalmente		<u> </u>	Orig inalmente		
Demonstração do valor adicionado	divulg ad o	Ajustes	Reapresentado	divulg ado	Ajustes	Reapresentado
Receitas						
Incorporação, revenda de imó veis e serviços	45.932	(13.949)	31.983	173.545	(4.795)	168.750
Outras receitas operacionais	64.785	(3)	64.782	77.685		77.685
	110.717	(13.952)	96.765	251.230	(4.795)	246.435
Insumos adquiridos de terceiros						
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	(62.070)	12.938	(49.132)	(216.933)	1.236	(215.697)
Materiais, energias, servs. de terceiros e outros	(11.547)	4.014	(7.533)	(55.047)	(1.407)	(56.454)
Outras despesas operacionais	(148.700)	7.868	(140.832)	(318.593)	(1.440)	(320.033)
Despesas comprovisões	(32.611)	(2.770)	(35.381)	(37.828)	(360)	(38.188)
	(254.928)	22.050	(232.878)	(628.401)	(1.971)	(630.372)
Valor Adicionado Bruto Retenções:	(144.211)	8.098	(136.113)	(377.171)	(6.766)	(383.937)
Depreciação	(1.747)	4	(1.743)	(2.023)	(2)	(2.025)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(145.958)	8.102	(137.856)	(379.194)	(6.768)	(385.962)
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	(298.096)	(23.539)	(321.635)	(6.672)	1	(6.671)
Receita financeiras	14.354	(1.168)	13.186	17.780	162	17.942
	(283.742)	(24.707)	(308.449)	11.108	163	11.271
Valor adicionado total a distribuir	(429.700)	(16.605)	(446.305)	(368.086)	(6.605)	(374.691)
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal						
Remuneração direta	9.340	(53)	9.287	40.144	1	40.145
Honorários da administração	1.161	1	1.162	3.583	-	3.583
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	(51.928)	(1.154)	(53.082)	(53.813)	(259)	(54.072)
Municipais	2	-	2	755	1	756
Remuneração capital de terceiros						
Juros	32.366	(15.399)	16.967	102.107	1.324	103.431
Aluguéis	1.883	1	1.884	2.019	-	2.019
Lucros retidos/prejuízo do exercício	(422.524)	(1)	(422.525)	(462.881)	(7.672)	(470.553)
Valor adicionado distribuído	(429.700)	(16.605)	(446.305)	(368.086)	(6.605)	(374.691)

2.7. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com vencimentos não superiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8. Ativo financeiro ao valor justo por meio de resultado

(i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos (passivos) circulantes.

b. Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante todos aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço; caso contrário, estes são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a investidas, contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra ou a melhor estimativa desse valor. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, BMF&BOVESPA, CETIP S.A., SISBACEN e FGV.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações compromissadas são operações com compromisso de revenda com vencimento em data futura, anterior ou igual à do vencimento dos títulos objeto da operação, valorizadas diariamente conforme a taxa de mercado da negociação da operação.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

No caso específico do contas a receber de clientes, a administração considera como evidências objetivas a existência, por parte de clientes que firmaram contrato sem alienação fiduciária do imóvel e cujas unidades já tenham sido entregues, de parcelas vencidas há mais de 180 dias. Uma vez que a posse do imóvel pelo cliente somente é efetivada caso o mesmo esteja cumprindo com suas obrigações contratuais, não representando, dessa forma, evidência objetiva de impairment a existência de atrasos no contas a receber de unidades em construção ou de unidades entregues com alienação fiduciária.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9. Contas a receber de clientes

A comercialização das unidades é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção dos empreendimentos. As contas a receber de clientes, nesses casos, são constituídas aplicando-se o percentual encontrado da relação entre o custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno) e seu custo orçado total, sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas acumuladas a serem reconhecidas, sobre o qual se deduz as parcelas recebidas. Caso o montante das parcelas recebidas seja superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo é classificado como "Adiantamento de clientes", no passivo.

Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Os juros e variação monetária, incidentes sobre as contas a receber de unidades concluídas, são apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e deduzidos da provisão de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, deduzidos das garantias reais.

As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil - INCC para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. Sobre este saldo (pós-chaves), de forma geral, incide juros de 12% ao ano, sendo a receita financeira apurada registrada no resultado como "Receita de incorporação".

O valor justo das contas a receber de unidades concluídas é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

O valor justo das contas a receber de clientes relacionados com a comercialização de unidades não concluídas é ajustado a seu valor presente com base na taxa média praticada pela Companhia para concessão de desconto sobre o preço da tabela. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado, sendo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de 4% ao ano (2017 - 4% ao ano).

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.10. Imóveis a comercializar

Os imóveis prontos a comercializar estão demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas.

O custo compreende materiais, mão-de-obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de crédito imobiliário, incorridos durante o período de construção), de acordo com o O-CPC-01.

Os encargos financeiros diretamente relacionados aos empreendimentos, correspondentes a contas a pagar por aquisição de terrenos e as operações de crédito imobiliário, bem como os encargos financeiros das demais operações de financiamento indiretamente relacionadas aos empreendimentos, incorridos durante o período de construção, são apropriados ao custo incorrido do empreendimento e refletido no resultado por ocasião da venda das unidades do empreendimento a que foram apropriados.

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de vendas. Quando o custo de construção dos imóveis a comercializar, concluídos ou em construção, exceder o fluxo de caixa esperado de suas vendas, uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida no período em que foi identificado que o valor contábil excedeu o valor esperado das vendas. A recuperação do valor contábil de cada empreendimento imobiliário é revisada quando eventos ou mudanças nos cenários macroeconômicos indicarem riscos do valor contábil não ser recuperável, caso confirmado, uma provisão é contabilizada.

Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados pelo seu correspondente contas a pagar. As permutas de terrenos, tendo por objeto a entrega de imóveis a construir, são apuradas com base no valor justo das unidades imobiliárias a serem entregues. O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida o adiantamento de clientes no passivo, no momento da assinatura do instrumento particular ou contrato relacionado à referida transação, desde que tenha sido obtido o registro de incorporação imobiliária do futuro empreendimento. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos.

2.11. Ativos intangíveis

(i) <u>Projetos de empreendimentos</u>

Os projetos de empreendimentos futuros, adquiridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Os projetos de empreendimentos têm vida útil definida e subsequentemente, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado de construção de empreendimento.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(iii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.12. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 13, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens.

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a Incorporação de Imóveis. A vida útil dos bens do ativo imobilizado é revisada pela administração anualmente.

Os gastos incorridos e diretamente relacionados com a construção de estande de vendas e do apartamento-modelo, quando sua vida útil estimada é superior a um ano, possuem natureza de caráter prioritariamente tangível e, dessa forma, são registrados na rubrica "Ativo imobilizado", sendo depreciados de acordo com o prazo de sua vida útil estimada e o correspondente encargo de depreciação alocado na rubrica "Despesas com vendas". Isso ocorre, geralmente, quando o empreendimento é composto por "fases" e o estande de vendas é utilizado para a comercialização nos vários lançamentos de cada fase ao longo do tempo. No caso de empreendimentos em uma única fase, não há expectativa de que a vida útil estimada seja superior a um ano e, por esse motivo, são apropriados diretamente às despesas de vendas por ocasião em que os custos são incorridos, juntamente com as demais despesas de propaganda, marketing e outras atividades correlatas, independentemente de ter ou não ocorrido a apropriação de receitas relacionadas com o empreendimento.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando que historicamente a Companhia não aliena seus itens de imobilizado, o valor residual dos bens foi considerado como sendo zero. No caso específico dos estandes de vendas, caso a comercialização termine em período menor que o previsto ou venha a ser efetuada a sua demolição, o valor residual relacionado àquele empreendimento é imediatamente baixado.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota Explicativa nº 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.13. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.14. Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em todos os ativos financeiros exceto derivativos e TVMs por meio do resultado.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações forward-looking.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- (i) é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- (ii) o ativo financeiro está vencido a período superior ou igual a 30 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

2.15. Mensuração de perdas de créditos esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

2.16. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problema de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

2.17. Apresentação de impairment

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em resultados abrangentes, em vez de reduzir o valor contábil do ativo. A Companhia não possui instrumentos financeiros ativos classificados nesta categoria.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas por impairment relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e em resultados abrangentes. Não houve reclassificação entre resultado do exercício e resultado abrangente para efeito de comparação.

Para ativos no escopo do modelo de impairment do CPC 48 / IFRS 9, as perdas por impairment devem aumentar e se tornar mais voláteis. A Companhia determinou que a aplicação dos requerimentos de impairment do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 resultaram em uma provisão adicional de R\$ 995.

2.18. Contas a receber e ativos contratuais

Em função da adoção do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia revisou sua metodologia de estimativa de perdas de crédito esperadas, que foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo da taxa de perda de crédito esperada de forma global por cliente, considerando sempre o prazo de título de cada cliente com o maior número de dias de atraso.

Anteriormente, a companhia provisionava 100% da diferença entre o saldo devedor do cliente e o valor de mercado da unidade, apenas para os clientes já em atraso.

Para os mútuos financeiros, a companhia avaliou a parcela recuperável dos saldos com o fluxo financeiro dos empreendimentos em garantia dos referidos mútuos. Para a parcela não recuperável pelos saldos dos empreendimentos estimou com base na avaliação de crédito dos devedores o risco de perda.

2.19. Propriedades para investimento

São as propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado pelos imóveis destinados a renda, e são demonstrados pelo custo do terreno e pelo custo de construção (Nota Explicativa nº 12). Ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo das propriedades para investimento serão incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos.

2.20. Contas a pagar aos fornecedores e por aquisição de imóveis

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores e as contas a pagar por aquisição de imóveis são obrigações a pagar pela aquisição de terrenos para o desenvolvimento dos projetos de incorporação imobiliária, ambos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, sendo normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.21. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente ao valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, como parcela complementar do custo de empreendimento (ativo qualificável em construção) ou na demonstração do resultado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.22. Ajuste a valor presente - AVP

Determinados elementos integrantes do ativo e do passivo foram ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores avaliações atuais do mercado, quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo.

2.23. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por seu valor conhecido ou exigível e registrados de acordo com o regime de competência, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício.

O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos salários, encargos de férias e demais encargos sociais, é provisionado à medida que vencem os períodos aquisitivos.

2.24. Provisões

(i) <u>Provisão para demandas judiciais</u>

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais cuja expectativa de perda é provável.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas no balanço patrimonial da Companhia.

(ii) Provisão para perdas esperadas em créditos

A Companhia revisa anualmente suas premissas para constituição da provisão para perdas , face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.

A Companhia efetua uma análise pormenorizada dos contratos com clientes em aberto para a constituição de provisão para perda esperada de crédito para todos os clientes, conforme premissas definidas da Companhia. Essa provisão é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento de resultado (Nota 6).

(iii) Provisão para pagamento de encargos contratuais por atraso de obra

Conforme disposto em contrato, a Sociedade adota a prática de provisionamento de encargos contratuais a pagar aos clientes elegíveis para empreendimentos com atraso de entrega superior a 180 dias, em linha com a respectiva cláusula contratual e base histórica de pagamentos.

(iv) Provisão para garantia

A Companhia mantêm provisão para cobrir gastos com reparos em empreendimentos cobertos no período de garantia, com base em estimativa que considera o histórico dos gastos incorridos ajustados pela expectativa futura, exceto para controladas que operam com empresas terceirizadas, que são as próprias garantidoras dos serviços de construção prestados.

(v) <u>Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros</u>

Quando evidências de perda de valor recuperável dos ativos são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, por meio da comparação com o valor de realização mensurado por meio de fluxos de caixa descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado do capital da Companhia.

2.25. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido, ambos reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na controladora, tributada pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Nas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$ 78.000, conforme facultado pela legislação tributária foi exercida a opção de tributação pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Uma das principais diferenças corresponde ao critério de apuração das receitas pelo regime fiscal (regime de caixa) e societário (POC).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente se for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os empreendimentos que estão sendo construídos pelo regime do patrimônio de afetação com opção pelo RET - Regime Especial de Tributação tiveram suas provisões de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS constituídas sob alíquota única em 4 % sobre os valores recebidos.

A legislação tributária, mais especificamente a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - SRF nº 84/79, entre outras, faculta às empresas de construção civil e atividade imobiliária, a opção pela tributação das receitas de vendas a prazo, no momento do seu recebimento. Para se beneficiarem da postergação dos recolhimentos dos tributos, as empresas utilizam o regime de caixa. Para tanto, a referida Instrução estabelece normas para apuração e tributação do lucro e obriga o controle das parcelas recebíveis e dos respectivos custos. A Companhia e suas controladas adotam esse regime especial para fins de apurar e recolher tais tributos.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.26. Benefícios a empregados

(i) Participação nos lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que a Assembléia Geral poderá atribuir aos administradores e aos empregados uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do saldo remanescente do resultado do exercício, limitada a participação dos administradores à remuneração anual global que lhes tiver sido paga no período, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do artigo 152, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

(ii) Plano de previdência

A Companhia mantém planos de previdência privada por contribuição definida para seus empregados efetuando contribuições mensais com base na folha de pagamento aos fundos de aposentadoria e de previdência social oficiais, as quais são lançadas em despesas pelo regime de competência. A Companhia concede esses benefícios aos empregados somente durante a vigência do contrato de trabalho.

2.27. Capital social

Está representado exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei no. 6.404/76.

2.28. Reconhecimento da receita

2.28.1. Resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos distratos e provisões, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo dos contratos de venda firmados quando critérios específicos tiverem sido atendidos, veja detalhes conforme descrição a seguir:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Apuração e apropriação do resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis

A Companhia adotou o CPC 47 – "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 1º de janeiro de 2018, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. Não houve efeitos relevantes com a adoção do CPC 47 e referido ofício circular para o Grupo. De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (at a point in time) ou ao longo do tempo (over time), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

(i) Unidades concluídas

Nas vendas a prazo de unidade concluída, o resultado é apropriado no momento em que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade são transferidos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.

Os juros prefixados e a variação monetária são apropriados de forma pro rata temporis ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento.

(ii) Unidades em construção

Nas vendas de unidades em construção, foram observados os seguintes procedimentos:

O custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o custo do terreno, é apropriado integralmente ao resultado.

É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o terreno, em relação ao seu custo total orçado (POC), sendo esse percentual aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das operações efetuadas em permuta de terrenos), ajustada segundo as condições dos contratos de venda, o qual prevê a atualização monetária dos valores a receber de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), sendo assim determinado o montante da receita de venda a ser reconhecida.

Os montantes da receita de venda apurados, incluindo a atualização monetária do contas a receber, líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na maior taxa identificada na comparação entre a taxa média de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, expurgada a inflação, e a taxa média da NTN-B, a qual se encontra demonstrada na Nota 7, desde o momento da assinatura do contrato até a data prevista para a entrega do imóvel. A partir da entrega do imóvel, sobre as contas a receber passa a incidir juros de 12% ao ano, acrescido de atualização monetária pelo IGP-M.

A taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo IPCA é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao novo valor justo para determinação da receita a ser apropriada, sobre o qual será aplicado o POC.

Os juros e encargos financeiros, de financiamento de obras e aquisição de terrenos, são apropriados ao custo do empreendimento, sendo apropriados ao resultado de acordo com as unidades alienadas, não interferindo na determinação do percentual do custo incorrido em relação ao custo total orçado (POC).

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

(iii) Operações de permutas

As permutas de terrenos, tendo por objeto a entrega de imóveis a construir, são apuradas com base no valor justo. O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a adiantamento de clientes no passivo, no momento em que as eventuais cláusulas resolutivas do instrumento particular ou contrato relacionado à referida transação, não produzam mais efeitos.

O custo do terreno passa a integrar o custo do correspondente empreendimento de incorporação imobiliária.

Os adiantamentos de clientes decorrentes das operações de permutas são apropriados ao resultado com base no POC. A parcela não apropriada é classificada no passivo circulante ou não circulante, levando em consideração o prazo previsto de conclusão do empreendimento.

2.28.2. Prestação de serviços

A sociedade controladora presta serviços de administração de obra para as suas controladas. A receita remanescente nas demonstrações contábeis consolidadas corresponde à parcela não eliminada na consolidação proporcional de sociedades controladas em conjunto.

Receitas decorrentes da prestação de serviços imobiliários são reconhecidas na medida em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos no empreendimento. Consistem basicamente em quantias recebidas com relação à atividade de administração de construção para terceiros, administração técnica e administração de bens imóveis.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.28.3. Receita financeira de operação imobiliária

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. A partir do momento em que a unidade é concluída, sobre os contas a receber passa a incidir atualização monetária acrescida de juros, os quais são apropriados à medida que o tempo passa, em contrapartida de receita financeira.

2.29. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.30. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

2.31. Distribuição de dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no fim do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

Os acionistas da Companhia deliberarão, em assembleia geral ordinária, sobre a proposta do seu Conselho de Administração de destinação do lucro líquido do exercício social anterior. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, os montantes relativos ao imposto de renda e a contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e Administradores no lucro da Companhia.

O dividendo obrigatório da João Fortes é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações contábeis não consolidadas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da João Fortes e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e os acionistas da João Fortes julgarem relevantes. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os acionistas, na data de declaração dos dividendos, têm direito ao recebimento de dividendos.

2.32. Reservas de lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, todas as reservas de lucros utilizadas para absorver prejuízos acumulados, não sendo constituídas novas reservas nos exercícios subsequentes.

2.33. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e foi elaborada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.34. Normas, alterações e interpretações de normas emitidas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração e instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 48 / IFRS 9 sobre o saldo inicial das reservas em 1º de janeiro de 2018.

	Consolidado
	Impacto da adoção do CPC 48 /
	IFRS 9 em 1° de janeiro de 2018
Reserva de lucros:	
Reconhecimento da perda de crédito esperada (a)	(25.642)

(a) R\$ (396) corresponde a parcela atribuída a participação acionistas não controladores.

A tabela a seguir resume os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017, na Demonstração do resultado do exercício e na Demonstração dos resultados abrangentes findos naquela data para cada linha afetada. Não houve impacto material na Demonstração dos fluxos de caixa da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

			Consolidado
	Conforme apresentado em 31 de dezembro de 2017		Valores após adoção do CPC 48 / IFRS 9
Impacto nas contas de ativo do balanço patrimonial:			
Provisão para perda de contas a receber de clientes Provisão para perda de crédito esperada em mútuos	(23.246)	(994) (24.648)	(24.240) (24.648)
Ativo circulante Ativo não circulante	1.593.062 564.194	(994) (24.648)	1.592.068 539.546
Impacto na demonstração do resultado e do resultado abrangente:			
Despesas comerciais Despesas financeiras	(39.197) (78.783)	(994) (24.648)	(40.191) (103.431)

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na Classificação e Mensuração de ativos Financeiros está descrito abaixo.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA –instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- (iii) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (iv) seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJ	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em resultados abrangentes é
Lucture and a set described as MODA	reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

O efeito da adoção do CPC 48 / IFRS 9 sobre o valor contábil dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 refere-se apenas aos novos requerimentos de impairment, conforme descrito.

	Classificação original conforme CPC 38 / IAS 39	Nova classificação conforme CPC 48 / IFRS 9
Ativo financeiro:		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e Recebíveis	AF pelo Custo Amortizado
Ativos financeiros ao valor justo por meio de	Instrumento ao Valor Justo	
resultado	por meio do Resultado	Ativo Financeiro a VJR
	Instrumento ao Valor Justo	
Instrumento Financeiro derivativo	por meio do Resultado	Ativo Financeiro a VJR
Contas a receber	Empréstimos e Recebíveis	AF pelo Custo Amortizado
Contas a receber - alienação de investimento	Empréstimos e Recebíveis	AF pelo Custo Amortizado
Direito real de aquisição	Empréstimos e Recebíveis	AF pelo Custo Amortizado
Valores a receber de partes relacionadas	Empréstimos e Recebíveis	AF pelo Custo Amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e Recebíveis	AF pelo Custo Amortizado
Dividendos a receber	Empréstimos e Recebíveis	AF pelo Custo Amortizado
Outros ativos financeiros	Empréstimos e Recebíveis	AF pelo Custo Amortizado
Passivo financeiro:		
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo Amortizado
Debêntures	Custo amortizado	Custo Amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Contas a pagar por aquisição de imóveis	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Dividendos a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Outros passivos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 (IFRS 15) exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma substitui a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando esta for adotada. Para o setor de incorporação imobiliária a avaliação decorrerá sobre o reconhecimento da receita pela manutenção do método de reconhecimento de receitas denominado pela porcentagem completada ("over time") ou adoção do método de entrega das chaves ("at a point time").

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adotou os novos preceitos de reconhecimento de receita de acordo com a orientação contida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 02/2018 sobre aplicação do CPC 47 (IFRS15) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil com referência aos aspectos de transferência de controle na venda de unidades imobiliárias, sendo que não gerou efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

2.35. Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia.

IFRS 16 - Leases

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Nossa avaliação está sendo conduzida junto à diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.

A administração da Companhia não estima efeito relevante quando da adoção inicial da referida norma.

ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

De acordo com a IFRIC 23, a Companhia deve considerar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela Companhia. Se a Companhia entende que é provável que as autoridades fiscais aceitarão o tratamento escolhido, então ela deve mensurar seu imposto de renda de acordo com esse pressuposto. Apenas se a Companhia acreditar que é provável que o tratamento fiscal não será aceito, haverá uma incerteza a ser endereçada pelo IFRIC 23.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

> A incerteza deve ser refletida na mensuração para fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza, baseandose na abordagem do (i) valor mais provável ou (ii) do valor esperado.

> A Interpretação também exige que as empresas reavaliem os julgamentos e as estimativas aplicadas se os fatos e as circunstâncias mudarem — por exemplo: com base no resultado de inspeção das autoridades fiscais, seguindo as mudanças nas regras tributárias ou quando há a expiração do direito de uma autoridade tributária contestar um tratamento.

A Companhia avaliou a Interpretação e o tratamento tributário adotado atualmente para fins de apuração do imposto de renda e concluiu que não há impactos para sua adoção que devam ser refletidos nas demonstrações contábeis ou alterar o reconhecimento e mensuração de incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.

Ainda, não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(i) Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas usam o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária e na prestação de serviços. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos a serem incorridos até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos.

Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Provisão para rescisões de contratos com clientes

De acordo com o cenário macro econômico e restrições de créditos para financiamento impostos pelas instituições financeiras, a Companhia avaliou os eventuais impactos sobre os cancelamentos de vendas (distratos) com cliente e complementou a provisão de acordo com o cenário atual.

Os estudos de distratos são concluídos com base em estimativas apuradas através de controles internos de monitoramento e cobrança que indicam potenciais novos pedidos com probabilidade considerada pela administração como provável. A estimativa da Companhia considera (i) a margem bruta e o percentual de andamento de obra ("PoC") de cada um dos empreendimentos e (ii) retenção de parte dos valores já pagos pelo cliente.

No ano de 2018, o impacto em outras despesas oriundo da provisão para rescisões de contratos com clientes no consolidado foi de R\$ 31.429 (2017 – R\$ 63.877), conforme divulgado na Nota Explicativa nº 33.

(iii) Contingências

A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia e suas controladas, podem afetar adversamente a Companhia e suas controladas, independentemente do respectivo resultado final.

A Companhia e suas controladas poderão periodicamente ser fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e revisadas periodicamente e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos de crédito imobiliário, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço determinados ativos avaliados ao valor justo), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as sociedades controladas.

(i) Risco de mercado

a. Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações de taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado sem que a mesma oscilação ocorra no contas a receber e aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras e sobre empréstimos e financiamentos estão mencionadas, respectivamente, nas Notas Explicativas nos 5.5 e 15. Sobre as contas a receber de imóveis concluídos, conforme mencionado na Nota Explicativa no 7, incidem juros de 12% ao ano, apropriados "pro rata temporis".

b. Risco cambial

A Companhia não possui ativos decorrentes de operações de empréstimos denominados em moeda estrangeira. A Companhia não possui dependência significativa de materiais importados em sua cadeia produtiva e não efetua vendas indexadas em moeda estrangeira.

c. Risco de fluxo de caixa

Sobre o contas a receber de imóveis concluídos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, incidem juros de 12% ao ano. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota Explicativa nº 5.5.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas de juros sobre contas a pagar por aquisição de imóveis, empréstimos e financiamentos, cessão de recebíveis e debêntures estão mencionadas nas Notas Explicativas nº 15 e 16, respectivamente. Adicionalmente, como mencionado na Nota 17, parcela dos saldos mantidos com partes relacionadas e com parceiros nos empreendimentos estão sujeitos a encargos financeiros.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado, como detalhado na Nota Explicativa nº 5.4.

Os passivos sujeitos a taxas variáveis de juros são (i) crédito imobiliário, o qual está sujeito a variação da taxa referencial de juros, cujo risco de volatilidade é considerado como baixo pela administração; (ii) empréstimos e financiamentos, os quais estão parcialmente sujeitos a variação das taxas para Certificados de Depósito Interbancário (CDI) e para as quais existe um hedge natural nas aplicações financeiras, minimizando impactos relacionados com os riscos de volatilidade; e (iii) contas a pagar na aquisição de imóveis, o qual está sujeito a variação do INCC e IGP-M, para o qual existe um hedge natural no contas a receber de clientes de unidades em construção.

Eventualmente, a Companhia também pode efetuar operações de swap de taxa de juros, a fim de proteger o risco de taxa de juros decorrente de empréstimos e financiamentos sujeitos a variação das taxas para Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito é caracterizado pela inadimplência por parte dos clientes adquirentes de imóveis. Esse risco é avaliado como praticamente nulo durante o período de construção em face da garantia real de recuperação dos imóveis no caso de inadimplência.

(iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pelo risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Os níveis de liquidez e as projeções de fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são revisados constantemente a fim de garantir que, quando necessário, a geração de caixa operacional seja complementada com captação prévia de recursos.

Na captação de recursos a Companhia prioriza a contratação de financiamentos autoliquidáveis atrelados aos projetos, que permitem um melhor casamento entre os prazos de ativos e passivos. Adicionalmente, a companhia capta através de instrumentos de dívida corporativa para complementar suas necessidades de caixa.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis nas datas.

									Consolidado
	<u> </u>								Reapresentado
				31/12/2018				31/12/2017	01/01/2017
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Após dois anos	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Após dois anos	Total	Total
Financiamento imobiliário	380.172	24.328	10.684	415.184	437.237	40.838	-	478.075	532.038
Empréstimos	113.992	20.034	16.978	151.004	160.985	42.466	8.177	211.628	355.510
	494.164	44.362	27.662	566.188	598.222	83.304	8.177	689.703	887.548
Contas a pagar de terrenos	36.075	28.908	-	64.983	53.802	30.782	-	84.584	172.258
Debentures	53.615	-	-	53.615	242.182	-	-	242.182	310.468
Partes relacionadas	=	102.771	-	102.771	-	46.566	-	46.566	112.752
	583.854	176.041	27.662	787.557	894.206	160.652	8.177	1.063.035	1.483.026

A avaliação da Companhia em relação a suas necessidades de liquidez, bem como os planos para equalização de suas necessidades de caixa estão descritas na Nota Explicativa nº 1.

4.2. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures.

A Companhia inclui na estrutura de dívida liquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

	Controladora			Consolidado			
		Reapres	entado		Reapresentado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	462.183	688.819	913.156	619.803	931.885	1.198.016	
Menos: caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras	(3.974)	(5.034)	(9.392)	(20.309)	(37.388)	(28.360)	
Dívida líquida (b)	458.209	683.785	903.764	599.494	894.497	1.169.656	
Total do patrimônio líquido (a)	336.159	515.832	528.376	260.839	510.035	569.912	
Índice de alavancagem financeira (b)/(a)	1,36	1,33	1,71	2,30	1,75	2,05	

A Companhia não possui metas de grau de alavancagem.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.3. Estimativa do valor justo

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e por aquisição de imóveis pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O mesmo pressuposto é válido para os passivos financeiros.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estaria incluído no Nível 3. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:
 - preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
 - o valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Nível 3: Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelos níveis 1 e 3, sendo a totalidade dos mesmos (mensurados pelo nível 2) de liquidez imediata. A Companhia classificou as aplicações em CDB no montante de R\$ 3.414 Em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 6.180 em 31 de dezembro de 2017) como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado no nível 2.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Instrumentos financeiros por categoria

Com exceção dos ativos financeiros ao valor justo, os demais ativos financeiros são classificados como "Empréstimos e recebíveis" e os passivos como "Outros passivos financeiros".

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis (Nota Explicativa nº 6). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

5.2. Empréstimos e financiamentos

As condições e os prazos dos empréstimos e financiamentos obtidos estão apresentados na Nota Explicativa nº 14. O valor justo desses passivos não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis.

5.3. Instrumentos financeiros derivativos - "Valor justo contra resultado"

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados com o objetivo principal de gerar ganhos financeiros.

Contrato de Swap

São contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira para o Real. A Companhia não possui contratos de swap Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

5.4. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, descreve os riscos que podem gerar variações materiais no resultado da Companhia, nos termos determinados pela CVM por meio da Instrução 475/08, a fim de apresentar 10%, 25% e 50% de apreciação/ depreciação na variável de risco considerada.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

Aplicações financeiras indexados a à Taxa Referencial (TR) e Depósito Interbancário (CDI);

Empréstimos e financiamentos indexados à Taxa Referencial (TR) e CDI, e debêntures indexados ao CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

Contas a receber e obrigações por compra de imóveis, indexados ao Índice Nacional de Construção Civil (INCC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para a análise de sensibilidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia considerou a taxa de juros de aplicações, empréstimos e contas a receber, CDI a 6,40%, TR a 0%, INCC a 3,84%, IPCA a 3,75% e IGP-M a 7,55%. Os cenários considerados foram:

Cenário I - Provável: apreciação/depreciação de 10% das variáveis de risco utilizadas para precificação

Cenário II - Possível: apreciação/depreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação

Cenário III - Remoto: apreciação/depreciação de 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação

A Companhia apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para os riscos que a Companhia está exposta, considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2018. Os efeitos no patrimônio líquido são basicamente os mesmos do resultado.

					Consolidado
		Cenário provável (I)			
Risco	Instrumento/operação	Descrição	Efeito	Cenário II	Cenário III
De taxa de juros					
	Empréstimos - CDI	Aumento de 100 pontos-base (bps)	(2.090)	(2.613)	(3.136)
	Empréstimos - TR	-	(3.189)	(3.986)	(4.783)
	Debênture - CDI	-	(536)	(670)	(804)
		Efeito total líquido	(5.815)	(7.269)	(8.723)
De indices de preço (IPCA,IGP-M, INCC)					
	Contas a Receber	Queda de 1%	(2.452)	(3.064)	(3.677)
	Contas a pagar- Terrenos	-	650	812	975
			(1.802)	(2.252)	(2.702)

5.5. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	Controladora			Consolidado			
	·	Rapres	entado		Reapres	sentado	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
Aplicações financeiras							
CDBs (a)		40	1.482	3.568	6.180	7.114	
Ativo circulante Não circulante		-	1.482	<u>65</u> 3.503	<u>5</u> 6.175	<u>5</u> 7.109	
					0.170	7.1205	

(a) Todas as aplicações financeiras encontram-se sob garantia de operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. As aplicações financeiras são remuneradas entre 100% e 102% da taxa do CDI.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão apresentados, na demonstração do fluxo de caixa, em "Atividades de investimentos" como parte das variações do capital circulante.

As variações dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão registradas como "Receitas financeiras e Despesas financeiras" no resultado (Nota Explicativa nº 29).

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Os saldos consolidados Em 31 de dezembro de 2018 dos ativos financeiros lastreados por títulos privados totalizam R\$ 65 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 5). Os títulos privados são CDBs emitidos pelos seguintes bancos: Brasil, Alfa, Credit Suisse.

5.7. Contas vinculadas

Estão representadas por recursos oriundos de financiamentos liberados por instituição financeira a promitentes compradores de empreendimentos em construção, os quais são disponibilizados à medida do progresso físico de execução dos correspondentes empreendimentos.

6 Caixa e equivalente de caixa

		Controladora			Consolidado		
		Reapre	sentado		Reapres	Reapresentado	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
Caixas e bancos Equivalentes de caixa Aplicação em título	3.851	4.845	2.104	11.865	13.379	9.584	
de liquidez imediata	123	149	5.806	4.876	17.829	11.662	
	3.974	4.994	7.910	16.741	31.208	21.246	

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que esteja sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) ou operações compromissadas lastreadas em CDBs e debêntures de emissão de instituições financeiras de primeira linha, e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (IAS 7).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, as quais são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7 Contas a receber

	Controladora		
		Respres	entado
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Empreendimentos em construção			
Receita de unidades vendidas em construção	_	132.341	241.073
(-) Receita a apropriar	-	(1.130)	(13.335)
(=) Receita apropriada	-	131.211	227.738
(+) Adiantamento de clientes	-	808	6.985
(-) Recebimentos acumulados		(108.746)	(176.269)
Contas a receber de unidades em construção	-	23.273	58.454
Empreendimentos concluídos	41.701	42.712	69.219
Total a receber de clientes	41.701	65.985	127.673
Ajuste a valor presente	_	-	(228)
Prestação de serviços a receber	4.806	18.081	18.081
(-) Provisão p/creditos de liquidação duvidosa	(1.328)	(1.404)	(9.199)
Total de contas a receber	45.179	82.662	136.327
Circulante	39.261	74.014	124.921
Não circulante	5.918	8.648	11.406
		Consolidado	
		Repares	entado
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Empreendimentos em construção			
Receita de unidades vendidas em construção	440.163	1.100.583	1.899.780
(-) Receita a apropriar	(106.364)	(151.100)	(325.914)
()		(======)	(020:02:1)
(=) Receita apropriada	333.799	949.483	1.573.866
(+) Adiantamento de clientes	28.760	45.670	84.770
(-) Recebimentos acumulados	(263.481)	(685.864)	(1.087.016)
Contas a receber de unidades em construção	99.078	309.289	571.620
Empreendimentos concluídos	275.360	262.960	284.222
Total a receber de clientes	374.438	572.249	855.842
Ajuste a valor presente	(380)	(1.009)	(3.863)
Prestação de serviços a receber	8.320	23.246	24.970
(-) Provisão p/creditos de liquidação duvidosa	(26.548)	(16.848)	(9.199)
Total de contas a receber			
	355.830	577.638	867.750
Circulante Não circulante	355.830 325.584 30.246	577.638 528.212 49.426	867.750 787.269 80.481

As contas a receber estão, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC até o habite-se e, posteriormente, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, acrescido de juros de 12% ao ano, apropriados de forma "pro rata temporis" a partir da conclusão da construção e entrega da unidade vendida.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, o Contas a Receber dos empreendimentos concluídos e o contas a receber apropriado dos empreendimentos em construção, deduzido do ajuste a valor presente, estão apresentados ao valor justo.

O valor da provisão para créditos de realização duvidosa é revisado periodicamente. O critério de provisão leva em conta a diferença negativa individual entre o valor de mercado das unidades e o saldo total a receber dos clientes inadimplentes. As dívidas condominiais, as dívidas fiscais (IPTU) e as taxas de serviços são somadas ao saldo a receber dos respectivos clientes inadimplentes para essa apuração. O Contas a Receber individualmente *impaired* refere-se ao saldo de contas a receber de clientes dos contratos que preveem alienação fiduciária do bem negociado e cujo valor de mercado é maior do que os saldos vencidos. Consequentemente nenhuma provisão é requerida.

O saldo do Contas a receber das unidades vendidas e em construção não está totalmente refletido nas informações demonstrações contábeis, uma vez que seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, líquida dos valores já recebidos.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade imobiliária residencial com foco no segmento econômico, a Sociedade não possui individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 os saldos do ativo circulante e não circulante de contas a receber de clientes estão compostos pelos seguintes vencimentos:

	Controladora			
		Reapres	sentado	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
Vencidos				
Até 30 dias	522	1.156	4.138	
31 a 60 dias	851	1.008	5.794	
61 a 90 dias	127	3.927	2.189	
91 a 180 dias	1.136	1.834	4.149	
mais de 180 dias	24.072	24.596	19.262	
	26.708	32.521	35.532	
A vencer:				
Até 30 dias	1.949	6.129	7.220	
31 a 60 dias	2.497	7.012	14.343	
61 a 90 dias	1.595	5.109	30.036	
91 a 120 dias	1.576	5.125	26.047	
121 a 360 dias	1.458	1.763	9.439	
	9.075	25.138	87.085	
Prestação de serviços	4.806	18.081	18.081	
Adiantamento de clientes	-	808	6.985	
Ajuste a valor presente	-	-	(228)	
(-) Receita de vendas a apropriar	-	(1.130)	(13.335)	
(-) Provisão p/creditos de liquidação duvidosa	(1.328)	(1.404)	(9.199)	
Ativo circulante	39.261	74.014	124.921	

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado		
		Reapres	sentado	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
Manaidaa				
Vencidos Até 30 dias	7.953	11.554	36.155	
31 a 60 dias	29.342	9.296	30.329	
61 a 90 dias	1.462	9.440	8.480	
91 a 180 dias	27.193	22.950	15.391	
mais de 180 dias	139.410	144.762	138.085	
	205.360	198.002	228.440	
A vencer:				
Até 30 dias	16.845	22.658	37.689	
31 a 60 dias	17.795	90.817	218.104	
61 a 90 dias	71.037	110.767	126.833	
91 a 120 dias	11.971	85.209	58.576	
121 a 360 dias	98.789	120.795	283.224	
	216.437	430.246	724.426	
Prestação de serviços	8.319	23.246	24.970	
Adiantamento de clientes	26.155	43.633	78.276	
Ajuste a valor presente	(380)	(1.005)	(2.054)	
(-) Receita de vendas a apropriar	(103.759)	(149.063)	(257.590)	
(-) Provisão p/creditos de liquidação duvidosa	(26.548)	(16.847)	(9.199)	
Ativo circulante	325.584	528.212	787.269	
		Controladora		
	21/12/2019	Reapres		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
A vencer	4 744	2 262	2.550	
entre 1 e 2 anos	1.744	2.262	2.669	
entre 2 e 3 anos	1.315	1.802	2.267	
entre 3 e 4 anos	1.018	1.420	1.841	
Após 4 anos	<u>1.841</u> 5.918	3.164 8.648	4.629 11.406	
	3.3.23	0.0.0	1100	
Não circulante	5.918	8.648	11.406	
		Consolidado		
		Reapres	sentado	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
A vencer				
entre 1 e 2 anos	8.843	23.021	115.383	
entre 2 e 3 anos	7.013	7.783	8.430	
entre 3 e 4 anos	5.168	6.114	6.400	
Após 4 anos	9.221	12.511	13.908	
	30.245	49.429	144.121	
Adiantamento de clientes	2 605	2 027	6 402	
Adiantamento de cilentes Ajuste a valor presente	2.605	2.037	6.493 (1.809)	
(-) Receita de vendas a apropriar	(2.605)	(3) (2.037)	(68.324)	
Não circulanto	20.245	40 426	00 101	
Não circulante	30.245	49.426	80.481	

A Companhia tem como política interna acompanhar mensalmente a carteira de recebíveis e buscar realizar os distratos de unidades que estejam inadimplentes. Após os distratos, essas unidades são recolocadas à venda ao valor de mercado. Essa prática evita uma concentração de distratos no momento da entrega das chaves e o repasse da carteira a instituições financeiras cessionárias de crédito.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.1. Operações de cessão de créditos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldos de contas a receber de clientes transferidos à instituições financeiras, com cláusulas de garantia sobre eventuais perdas futuras. Consequentemente, a Companhia continua a reconhecer integralmente o valor contábil dessas contas a receber e reconheceu o montante recebido nessa transferência como cessão de créditos (Nota Explicativa nº 15). Em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil do respectivo passivo no consolidado é de R\$20.372 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 52.249).

8 Imóveis a comercializar

São representados por imóveis a serem vendidos e terrenos para futuras incorporações, assim distribuídos:

		Controladora			
	·	Reapre	sentado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017		
Adiantamento para compra de terrenos	3.221	3.114	3.000		
Terrenos	5.975	5.975	89.568		
Imóveis concluídos	18.657	24.821	25.725		
Imóveis em construção	6.546	9.368	24.930		
Provisão para reavaliação de estoque	(790)	(1.822)	(530)		
	33.609	41.456	142.693		
Develo circulante	24.412	22.267	F0 13F		
Parcela circulante Parcela não circulante	24.413 9.196	<u>32.367</u> 9.089	50.125 92.568		
Turcela rido circularice		3.003	32.300		
		Consolidado			
		Reapres	entado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017		
Adiantamento para compra de terrenos	7.384	7.113	11.134		
Terrenos	182.743	222.893	369.289		
Imóveis concluídos	541.909	482.045	386.045		
Imóveis em construção	390.981	513.958	602.178		
Provisão para reavaliação de estoque	(214.590)	(127.031)	(9.251)		
Encargos financeiros (a)	257.118	227.157	189.988		
	1.165.545	1.326.135	1.549.383		
Parcela circulante	979.053	1.089.181	1.154.021		

(a) A movimentação dos encargos financeiros incorridos, originários de operações de financiamento bancário e apropriados ao custo durante o período de construção, pode ser assim demonstrada:

O valor contábil de um empreendimento é transferido para rubrica "Imóvel em construção" no momento em que o empreendimento é lançado. A parcela classificada no realizável a longo prazo corresponde a terrenos de empreendimentos previstos para serem lançados em período superior a 12 meses.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado			
		Reapresentado			
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017		
Saldo nos estoques no início do período	227.157	189.988	183.555		
Encargos financeiros incorridos no período	70.930	99.766	97.630		
Apropriação dos encargos financeiros ao custo das vendas	(40.969)	(62.597)	(91.197)		
Saldo nos estoques no fim do período	257.118	227.157	189.988		

Os encargos financeiros incorridos no exercício não incluem encargos financeiros sobre as contas a pagar de terrenos, limitando-se aos empréstimos obtidos com esta destinação específica e financiamento imobiliário. Os encargos financeiros, durante a fase de construção, sobre as contas a pagar de terrenos são capitalizados nos estoques.

O saldo de imóveis a comercializar dados em garantia estão mencionados na Nota Explicativa nº 15.

9 Dividendos a receber

Os dividendos a receber em 31 de dezembro de 2018 totalizam R\$ 32.486 (31 de dezembro de 2017 – R\$14.768), este saldo é composto pela parcela dos lucros decorrentes das participações societárias em controladas, já destinados ao pagamento através de atos societários.

10 Outros ativos

		Controladora			Consolidado	
		Reapres	sentado		Reapres	sentado
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
	22.450	24.052	4.55	22.274	22.244	0.554
Adto a fornecedores	23.159	21.052	465	32.374	32.044	9.551
Adiantamentos diversos	7.307	6.213	6.967	34.022	29.356	69.075
Comissão sobre vendas	3.078	3.101	7.111	8.517	10.206	18.252
Reembolsaveis de cliente	-	2.835	5.815	4.640	11.138	19.124
Dividendos antecipados	-	-	-	6.338	11.171	6.232
	33.544	33.201	20.358	85.891	93.915	122.234
Parcela circulante	33.544	33.201	20.358	79.554	82.744	116.002
Parcela não circulante				6.337	11.171	6.232

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

(i) Participações Societárias - Diretas:

•		Participação - %				Patrin	Patrimônio Líquido + AFAC	AFAC	Lucro	Lucro (prejuízo) do Exercício	rcício
		Reaprese	entado	Ativo	Passivo		Reapresentado	sentado		Reapresentado	entado
Investidas Diretas	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017			31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
João Fortes Construtora Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	249.230	202.550	51.907	41.429	23.823	(33.191)	(39.802)	(89.657)
JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	91.545	18.523	73.022	82.925	91.589	(14.136)	(20.426)	(33.538)
JFE 68 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	100.136	48.650	51.486	47.860	46.335	959	1.525	4.311
LB10 Investimentos Imobiliários Ltda.	%66′66	%66′66	%66′66	75.113	40.352	34.760	52.528	60.728	(21.692)	(12.067)	4.079
LB12 Investimentos Imobiliários Ltda.	%66′66	30,83%	30,83%	56.607	10.946	45.661	75.710	74.885	(26.787)	(3.709)	(3.248)
NS Empreendimnetos Imobiliários Noroeste I SPE	25,00%	25,00%	25,00%	7.540	1.870	5.670	7.076	12.653	(1.569)	(4.835)	(62)
JFE 46 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	%66'66	%66'66	%66′66	49.753	39.433	10.320	30.307	25.635	(27.076)	(2.603)	(2.690)
JFE Rosário Empreendimentos Imobiliários SPE Lt	%66′66	%66′66	%66′66	10.276	2.036	8.240	9.414	8.914	(1.574)	(2.754)	613
Pelicano Empreendimentos imobiliários Ltda	%66′66	%66'66	%66′66	78.163	761	77.401	77.309	80.871	(72)	(3.644)	(75)
JFE 16 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	%66'66	%66'66	%66'66	57.458	16.329	41.129	46.253	41.509	(6.886)	(6.585)	(5.728)
Frank Empreendimentos Imobiliários e Participa	%66′66	%66′66	%66′66	92.757	35.649	57.108	100.802	90.884	6.305	9.917	12.640
Alfa Port Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66′66	%66'66	39.133	3.227	35.906	34.542	30.825	686	131	(96)
SPE Ceilandia BSB Empreendimentos Imobiliário:	%66'66	%66′66	%66′66	46.754	22.323	24.430	23.353	33.343	312	(066.6)	699
JFE 67 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66′66	%66′66	35.772	14.767	21.005	23.943	15.557	(3.996)	(1.561)	(3.300)
CNR Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	25.328	1.836	23.492	23.184	22.757	(314)	427	2.480
JFE 42 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	25.466	1.734	23.732	35.113	61.888	1.277	(808)	4.439
JFE 5 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66'66	%66'66	18.681	528	18.154	16.224	16.400	582	(175)	(289)
JFE 60 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66′66	48.397	34.782	13.616	13.512	17.410	(1.094)	(3.898)	(1.315)
JFE 36 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66′66	24.675	10.089	14.585	13.396	15.315	(361)	(1.919)	(1.674)
JFE 73 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	22.814	13.879	8.935	13.949	12.533	(8.466)	(1.498)	139
JFE 37 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%00'02	70,00%	%00'02	19.972	23	19.966	19.927	19.922	(7)	(7)	(2)
JFE 7 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	19.361	4.633	14.728	11.808	12.128	17	(320)	542
JFE 53 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	28.228	21.638	6.590	12.480	11.508	(8.893)	(1.128)	(2.778)
JFE 74 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	15.382	2.804	12.578	12.467	12.485	(7)	(29)	(7)
JFE 34 Empreendimentos Imobiliários Ltda	80,00%	80,00%	80,008	63.059	49.163	14.555	17.740	15.883	(6.279)	1.857	220
JFE 54 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	18.938	7.614	11.324	890'6	10.223	564	(1.155)	(1.934)
MNR 3 Empreendimentos Imobiliários S/A	%66′66	%66'66	%66′66	6.933	1.202	5.731	5.344	5.059	15	285	416
JFE 62 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66′66	3.229	265	2.964	2.922	25.494	(9)	(22.572)	•
JFE 55 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66'66	%66′66	18.063	6.493	11.570	8.142	8.566	2.209	(2.172)	(1.898)
JFE 18 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%00'02	70,00%	%00'02	46.365	80.733		3.898	68.678	,	(64.780)	(10.723)
MNR 6 Empreendimentos S/A	30,00%	30,00%	30,00%	28.280	(282)	28.865	34.261	34.261	(17.084)	9.941	3.493
Outros (25 empresas)				239.323	184.400	56.105	56.318	88.854	(53.945)	(28.680)	(57.715)
Total Investimentos						825.535	963.204	1.096.915	(220.509)	(213.035)	(183.008)

João Fortes Engenharia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investidas Diretas João Fortes Construtora Ltda JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda											
Investidas Diretas João Fortes Construtora Ltda JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda		Reapresentado	entado				Reapresentado	entado		Reapresentado	entado
João Fortes Construtora Ltda JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	Ativo	Passivo	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
JFE 35 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66'66	249.230	202.550	51.907	41.429	23.823	(33.191)	(39.802)	(89.657)
	%66'66	%66′66	%66′66	91.545	18.523	73.022	82.925	91.589	(14.136)	(20.426)	(33.538)
JFE 68 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66'66	100.136	48.650	51.486	47.860	46.335	929	1.525	4.311
LB10 Investimentos Imobiliários Ltda.	%66'66	%66'66	%66'66	75.113	40.352	34.760	52.528	60.728	(21.692)	(12.067)	4.079
LB12 Investimentos Imobiliários Ltda.	%66′66	30,83%	30,83%	56.607	10.946	45.661	22.108	23.085	(26.787)	(1.143)	(1.001)
NS Empreendimnetos Imobiliários Noroeste I SPE SA	25,00%	25,00%	25,00%	7.540	1.870	1.418	1.769	3.163	(392)	(1.209)	(20)
JFE 46 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	%66'66	%66'66	%66'66	49.753	39.433	10.320	30.307	25.635	(27.076)	(2.603)	(2.690)
JFE Rosário Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	%66′66	%66'66	%66′66	10.276	2.036	8.240	9.414	8.914	(1.574)	(2.754)	613
Pelicano Empreendimentos imobiliários Ltda	%66'66	%66′66	%66′66	78.163	761	77.401	77.309	80.871	(72)	(3.644)	(75)
JFE 16 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	%66'66	%66′66	%66′66	57.458	16.329	41.129	46.253	41.509	(9886)	(6.585)	(5.728)
Frank Empreendimentos Imobiliários e Participações	%66'66	%66'66	%66'66	92.757	35.649	57.108	100.802	90.884	6.305	9.917	12.640
Alfa Port Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66′66	39.133	3.227	35.906	34.542	30.825	686	131	(96)
SPE Ceilandia BSB Empreendimentos Imobiliários Ltda		%66'66	%66'66	46.754	22.323	24.430	23.353	33.343	312	(066.6)	699
JFE 67 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66'66	35.772	14.767	21.005	23.943	15.557	(3.996)	(1.561)	(3.300)
CNR Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66′66	%66′66	25.328	1.836	23.492	23.184	22.757	(314)	427	2.480
JFE 42 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	25.466	1.734	23.732	35.113	57.435	1.277	(808)	4.439
JFE 5 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66'66	%66'66	18.681	528	18.154	16.224	16.400	582	(175)	(589)
JFE 60 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66′66	48.397	34.782	13.616	13.512	17.410	(1.094)	(3.898)	(1.315)
JFE36 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66′66	24.675	10.089	14.585	13.396	15.315	(361)	(1.919)	(1.674)
JFE 73 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66'66	22.814	13.879	8.935	13.949	12.533	(8.466)	(1.498)	139
JFE37 Empreendimentos Imobiliários Ltda	70,00%	%00'02	70,00%	19.972	23	13.976	13.949	13.946	(2)	(2)	(4)
JFE7 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66'66	19.361	4.633	14.728	11.808	12.128	17	(320)	542
JFE53 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66'66	%66′66	28.228	21.638	6.590	12.480	11.508	(8.893)	(1.128)	(2.778)
JFE 74 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	15.382	2.804	12.578	12.467	12.485	(7)	(29)	(7)
JFE34 Empreendimentos Imobiliários Ltda	80,008	80,00%	80,00%	63.029	49.163	11.644	14.192	12.706	(5.023)	1.486	176
JFE54 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	18.938	7.614	11.324	890.6	10.223	564	(1.155)	(1.934)
MNR 3 Empreendimentos Imobiliários S/A	%66′66	%66′66	%66′66	6.933	1.202	5.731	5.344	5.059	15	285	416
	%66'66	%66'66	%66′66	3.229	265	2.964	2.922	25.494	(9)	(22.572)	
JFE55 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66′66	%66′66	18.063	6.493	11.570	8.142	8.566	2.209	(2.172)	(1.898)
JFE 18 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%00'02	%00'02	%00'02	46.365	80.733		2.729	48.075		(45.346)	(7.506)
MNR 6 Empreendimentos S/A	30,00%	30,00%	30,00%	28.280	. 585	5.850	10.975	8.443	(5.125)	2.982	1.048
Juros atribuidos aos estoques das investidas						257.118	227.157	189.988	(27.113)	(26.937)	(30.404)
Outros (25 empresas)				239.323	184.400	52.713	54.146	82.737	(53.278)	(24.940)	(56.722)
Outros movimentos pela compra/venda de participação / Minoritários	ão / Minoritários						•		(31.346)	(11.387)	(5.129)
Total Investimentos						1.043.093	1.095.299	1.159.469	(263.907)	(229.321)	(214.513)
								Consolidado			
		Participação - %					Investimento		Equ	Equivalência Patrimonial	ial
		Reapresentado	entado				Reapresentado	entado		Reapresentado	entado
Investidas Diretas	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	Ativo	Passivo	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
João Fortes Construtora Ltda	%66′66	%66′66	%66′66	249.230	202.550	(2.758)	(2.392)	1.701	(868)	(578)	826
MNR 6 Empreendimentos S/A	30,00%	30,00%	30,00%	28.280	(585)	5.850	10.976	8.443	(5.125)	2.982	1.048

(2.662)

(21.105)

10.143

Outros movimentos pela compra/venda de participação / Minoritários

Total Investimentos

(9.075)

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Participações Societárias – passivo a descoberto:

	•	Participação - %	%			Patrim	Patrimônio Líquido + AFAC	AFAC	Lucro (1	Lucro (prejuízo) do Exercício	xercício
		Reapresentado	sentado	Ativo	Passivo		Reapresentado	entado		Reapre	Reapresentado
Provisão para Passivo a Descoberto	31/12/2018	2	01/01/2017			31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/1	01/01/2017
Macaé Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda	40,00%	40,00%	40,00%	137.648	266.137	(128.490)	(120.694)	(88.974)	(7.801)	(31.719)	(24.644)
JFE 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66'66	28.186	120.912	(92.726)	(70.940)	(18.010)	(28.527)		(35.022)
JFE 32 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66'66	15.094	29.476	(14.382)	(7.945)	(5.347)	(8.294)		(4.893)
JFE 18 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%00'02	%00'0	%00'0	46.365	80.733	(34.155)		1	(38.472)		•
Outros (13 empresas)				101.409	114.327	(12.917)	(17.723)	(16.656)	(13.441)	(21.652)	(21.405)
Total Passivo a Descoberto						(282.670)	(217.302)	(128.987)	(96.535)	(111.345)	(85.964)

								Contro	Controladora		
	_	Participação - %	%				Investimento		Equi	Equivalência Patrimonial	onial
		Reapre	sentado	Ativo	Passivo		Reapre	Reapresentado		Reapre	Reapresentado
Provisão para Passivo a Descoberto	31/12/2018	3 1/ 12 / 2 0 17	31/12/2017 01/01/2017			3 1/ 12 / 2 0 18	31/12/2017	01/01/2017	3 1/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Macaé Realty Empreendimentos Imobiliários Ltda	40,00%	40,00%	40,00%	137.648	266.137	(51.396)	(48.278)	(35.590)	(3.120)	(12.688)	(9.858)
JFE 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66'66	28.186	120.912	(92.726)	(70.940)	(18.0.10)	(28.527)	(53.195)	(35.022)
JFE 32 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66'66	15.094	29.476	(14.382)	(7.945)	(5.347)	(8.294)	(4.779)	(4.893)
JFE 18 Empreendimentos Imobiliários Ltda	%00'02	%00'0	%00'0	46.365	80.733	(23.909)			(26.930)		
Outros (13 empresas)				101.409	114.327	(22.801)	(17.724)	(16.656)	(6.595)	(21.652)	(21.405)
Total Passivo a Descoberto						(205.214)	(144.887)	(75.603)	(73.466)	(92.314)	(71.178)
Total Equivalência Patrimonial									(337.373)	(321.635)	(285.692)

João Fortes Engenharia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Participações Societárias – indiretas:

	•	Participação - %	%			Patrim	Patrimônio Líquido + AFAC	+ AFAC	Lucro (1	Lucro (prejuízo) do Exercício	ercício
		Reaprese	sentado	Ativo	Passivo		Reapre	Reapresentado		Reapresentado	entado
Investidas Indiretas	3 1/ 12 / 2 0 18	3 1/ 12 / 2 0 17	01/01/2017			31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
IPP IIe Saint Louis Empr. Imobiliario Ltda	%66'66	<u>%66'66</u>	%66'66	1.435	1.583	(148)	(118)	139	(116)	(257)	311
IPP Residencial Kandinsky Empr. Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66'66	1.125	116	1.0 10	959	980	(33)	(20)	22
SPE Cinco de Julho Incorporações S/A	%19,21%	%66'66	%66'66	3.234	1.286	1.948	1.943	1.946	(494)	(3)	29
Contemporanium Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	85,73%	%66'66	%66'66	28.211	44.283	(16.072)	(16.740)	(7.227)		(9.514)	(14.322)
Incorporadora Pinheiro Pereira 3 Ltda.	%66'66	%66'66	%66'66	27.846	13.377	14.469	13.979	13.350	(10)	(27)	(69)
Incorporadora Pinheiro Pereira 5 Ltda.	%66'66	%66'66	%66'66	17.577	6.787	10.790	10.409	9.973	(263)	(41)	(1.617)
Incorporadora Pinheiro Pereira 6 Ltda.	82,09%	%66'66	%66'66	7.176	7.838	(663)	(1.466)	(2.194)	(415)	405	(5.025)
Incorporadora Pinheiro Pereira 7 Ltda.	%66'66	%66'66	%66'66	38.524	4.534	33.990	31.823	26.713	(211)	2.193	(16.794)
Incorporadora Pinheiro Pereira 8 Ltda.	%66'66	%66'66	%66'66	6.572	7.455	(883)	(984)	(801)	(826)	(200)	(2.360)
Incorporadora Pinheiro Pereira 10 Ltda.	86,62%	%66'66	%66'66	25.943	4.043	21.900	(8.864)	(7.534)	(6.390)	(11.505)	(22.978)
Incorporadora Pinheiro Pereira 12 Ltda.	%66'66	%66'66	%66'66	8.142	13.307	(5.165)	(5.050)	(1.432)	(1.052)	(4.644)	(4.345)
Andorinha Empreendimentos Imobiliarios Ltda	%66'66	%66'66	%00'09	6.259	1.926	4.333	3.866	3.786	4 16	130	455
Arara Empreendimentos Imobiliarios Ltda	%66'66	%66'66	%00'09	285	665	(78)	15	514	(63)	(499)	52
Charitas Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	43,71%	36,43%	45,46%	73.853	10.832	63.021	79.978	66.023	209	9.675	8.341
Lake Garden Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	20,00%	%00'09	%00'09	1.112	1.861	(748)	(121)	129	(243)	(377)	(83)
Papagaio João Pessoa Emp. Imobiliários Ltda	%00'09	%00'09	%00'09	4 10	584	(174)	545	545	(1075)	(719)	(281)
Cyrela Piemtonte Empreendimentos Imobiliários Ltda	25,00%	25,00%	25,00%	2.595	1.751	844	964	686	(656)	(120)	(1.475)
Jaguariauna Empreendimentos Imobiliários Ltda.	%00'0	%00'0	25,00%		1			1.525	•		4.493
Total Investimentos						128.374	111.138	107.374	(11.187)	(16.083)	(55.572)

João Fortes Engenharia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u> </u>	Participação - %	9				Investimento		Equi	Equivalência Patrimonia	nial
		Reapresentado	entado				Reapresentado	entado		Reapresentado	entado
Investidas Indiretas	3 1/ 12 / 2 0 18	3 1/12/2017	01/01/2017	Ativo	Passivo	31/12/2018	3 1/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
IPP IIe Saint Louis Empr. Imobiliario Ltda	%66'66	%66'66	%66'66	1.435	1.583	(148)	(118)	139	(116)	(257)	311
IPP Residencial Kandinsky Empr. Imobiliários Ltda	%66'66	%66'66	%66'66	1.125	116	1.009	959	086	(33)	(20)	22
SPE Cinco de Julho Incorporações S/A	76,57%	%66'66	%66'66	3.234	1.286	1491	1.943	1.945	(379)	(3)	29
Contemporanium Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	85,73%	%66'66	%66'66	28.211	44.283	(13.779)	(16.739)	(7.226)	•	(9.54)	(14.322)
Incorporadora Pinheiro Pereira 3 Ltda.	%66'66	%66'66	%66'66	27.846	13.377	14.468	13.978	13.349	(10)	(27)	(9)
Incorporadora Pinheiro Pereira 5 Ltda.	%66'66	%66'66	%66'66	17.577	6.787	10.789	10.408	9.972	(263)	(41)	(1.617)
Incorporadora Pinheiro Pereira 6 Ltda.	82,09%	%66'66	%66'66	7.176	7.838	(544)	(1.466)	(2.194)	(341)	405	(5.025)
Incorporadora Pinheiro Pereira 7 Ltda.	%66'66	%66'66	%66'66	38.524	4.534	33.987	31.820	26.710	(211)	2.193	(16.794)
Incorporadora Pinheiro Pereira 8 Ltda.	%66'66	%66'66	%66'66	6.572	7.455	(882)	(984)	(800)	(826)	(190)	(2.360)
Incorporadora Pinheiro Pereira 10 Ltda.	86,62%	%66'66	%66'66	25.943	4.043	18.969	(8.863)	(7.533)	(5.535)	(11.505)	(22.978
Incorporadora Pinheiro Pereira 12 Ltda.	%66'66	%66'66	%66'66	8.142	13.307	(5.164)	(2.050)	(1.432)	(1.052)	(4.644)	(4.345)
Andorinha Empreendimentos Imobiliarios Ltda	%66'66	%66'66	%00'09	6.259	1.926	4.332	3.866	1.893	416	(9)	228
Arara Empreendimentos Imobiliarios Ltda	%66'66	%66'66	%00'09	287	665	(77)	15	258	(94)	(38)	26
Charitas Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	43,71%	36,43%	45,46%	73.853	10.832	27.546	29.135	30.012	209	9.675	8.341
Lake Garden Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	%00'09	%00'09	%00'09	1.112	1.861	78	(249)	64	(122)	(189)	(41)
Papagaio João Pessoa Emp. Imobiliários Ltda	%00'09	%00'09	%00'09	4 10	584	(541)	(87)	273	(538)	(360)	(140)
Cyrela Piemtonte Empreendimentos Imobiliários Ltda	25,00%	25,00%	25,00%	2.595	1.751	(2.295)	(2.056)	(2.027)	(238)	(29)	(370)
Jaguariauna Empreendimentos Imobiliários Ltda.	%00'0	%00'0	25,00%			1	1	1	1		1.123
Total Invactimentos						000	56 540	64.202	(9 76 E)	145 4201	767 907

								Consolidado	idado		
	•	Participação - %	%				Investimento		Equi	Equivalência Patrimonial	nial
		Reapresen	sentado				Reapresentado	entado		Reapresentado	entado
Investidas Indiretas	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	Ativo	Passivo	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	3 1/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Andorinha Empreendimentos Imobiliarios Ltda	%66 ⁶⁶	%66'66	%00'09	6.259	1.926			1.893			228
Arara Empreendimentos Imobiliarios Ltda	%66'66	%66'66	%00'09	287	665			(7)			26
Lake Garden Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	%00'09	%00'09	%00'09	1.112	1.861	78	(249)	64	(122)	(189)	(41)
Papagaio João Pessoa Emp. Imobiliários Ltda	%00'09	%00'09	%00'09	4 10	584	(541)	(87)	273	(538)	(360)	(140)
Cyrela Piemtonte Empreendimentos Imobiliários Ltda	25,00%	25,00%	25,00%	2.595	1.751	(2.295)	(2.056)	(2.027)	(238)	(29)	(370)
Jaguariauna Empreendimentos Imobiliários Ltda.	%00'0	%00'0	25,00%			•	•	1.505	•	,	1.123
						(2.758)	(2.392)	1.701	(888)	(578)	826
						()	(===)		(===)	(-:-)	

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

(iv) Movimentação dos Investimentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.159.469	10.143
Aumento/Redução de Capital	201.899	5.112
Aquisições / Vendas de Participações	(50.787)	-
Dividendos	(100)	-
Equivalência Patrimônial	(321.635)	(6.671)
Provisão para passivo a descoberto	69.284	-
Ajustes OCPC01 - Juros Capitalizados	37.169	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.095.299	8.584
Aumento/Redução de Capital	252.001	6.202
Aquisições / Vendas de Participações	(7.123)	21.272
Dividendos	(50.000)	(5.837)
Equivalência Patrimônial	(337.373)	(27.129)
Provisão para passivo a descoberto	60.328	-
Ajustes OCPC01 - Juros Capitalizados	29.961	-
Saldo Em 31 de dezembro de 2018	1.043.093	3.092

12 Propriedade para investimento

A Companhia mantém contrato de aluguel atípico, do tipo "built-to-suit", de 41 anos de prazo, com a Cencosud Brasil Comercial S.A., que se refere a construção de loja em terreno previamente determinado, com características específicas para locação. Com base nesse contrato de aluguel, a Companhia lavrou Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças junto à RB Capital Companhia de Securitização em 27 de julho de 2018 onde foi cedido os créditos de 156 meses no valor nominal de R\$36.008, sendo feito a cessão com taxa de desconto de 9,43045 % a.a. e o pagamento de R\$1.496 de despesas para a realização da operação.

A operação deverá ser liquidada em 2 etapas, sendo a primeira liquidação realizada no dia 08 de agosto de 2018 no valor de R\$15.299 e o valor residual da cessão R\$4.201 será liberado para a Companhia, quando as garantias forem registradas.

A Companhia deu o próprio imóvel como garantia, no caso de inadimplemento da Ceconsud, imóvel avaliado em R\$36.008. Devido a isso, a cessão está classificada na conta de "Empréstimos e Financiamento" (Nota Explicativa nº 15), e está registrada registrada pelo valor líquido recebido de R\$20.052.

A receita decorrente do aluguel e os custos da operação, que correspondem a amortização da dívida, serão mensalmente apropriados de acordo com o prazo das parcelas cedidas.

O valor registrado na rúbrica de propriedade para investimento, no montante de R\$18.384, corresponde a fração do custo de construção da unidade relacionada ao contrato de aluguel.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Imobilizado

O ativo imobilizado é composto, principalmente, dos bens utilizados nas instalações da Companhia (móveis, utensílios e computadores, dentre outros). Está contabilizado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação.

				Controlado	ra	
					Reaprese	entado
			31/12/2018		31/12/2017	01/01/2017
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e Periféricos	20%	1.712	(1.691)	21	5	36
Instalações	3%	1.955	(520)	1.435	1.501	1.565
Máquinas e Equipamentos	10%	295	(270)	25	54	71
Móveis e Utensílios	10%	1.969	(1.422)	547	739	937
Stand e apartamento decorado		2.545	(2.196)	349	349	352
		8.476	(6.099)	2.377	2.648	2.961

				Consolidado)	
					Reapre	sentado
			31/12/2018		31/12/2017	01/01/2017
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e Periféricos	20%	1.775	(1.742)	32	23	153
Instalações	3%	3.882	(1.744)	2.138	2.774	2.967
Máquinas e Equipamentos	10%	438	(344)	94	135	168
Móveis e Utensílios	10%	2.391	(1.732)	659	887	1.084
Stand e apartamento decorado		4.631	(3.707)	925	914	1.494
		13.117	(9.269)	3.848	4.733	5.866

Os gastos com a construção dos estandes de venda e do apartamento modelo são capitalizados apenas quando a expectativa de vida útil-econômica for superior a um ano e depreciados de acordo com o prazo de vida útil-econômica, que varia de acordo com cada empreendimento, e são baixados por ocasião do término da comercialização ou demolição.

14 Intangível

O intangível da controladora é composto, principalmente, das licenças de softwares e está contabilizado pelo custo de aquisição deduzido das amortizações.

O consolidado é composto, principalmente, pelo valor justo dos projetos adquiridos quando da aquisição da Incorporadora Pinheiro Pereira (atual João Fortes Construtora Ltda) em 26 de janeiro de 2011. Os projetos de empreendimento são decorrentes da aquisição da IPP (63.259) de aquisições em etapas da SPE 5 de Julho (3.046) e da SPE Contemporanium (463). Os projetos têm vida útil definida e estão sendo amortizados de forma linear de acordo com período de construção. Os demais projetos serão amortizados quando iniciado a sua construção.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	Softwares	Projetos de empreendimentos	Softwares	Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.396	23.542	1.430	24.972
Amortização	(1.463)	(1.251)	(1.497)	(2.748)
Aquisições	451	-	451	451
Em 31 de dezembro de 2017	384	22.291	384	22.675
Amortização	(464)	(1.147)	(494)	(1.641)
Aquisições	288	-	288	288
Em 31 de dezembro de 2018	208	21.144	178	21.322

15 Empréstimos e financiamentos

		Controladora			Consolidado			
		Reapre	Reapresentado		Reapresentado			
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017		
Em moeda nacional								
Capital de giro	131.297	165.581	291.612	131.297	165.582	291.612		
Cessão de recebíveis	320	8.920	19.146	20.372	52.249	70.400		
Crédito imobiliário	37.617	38.339	58.433	415.185	478.075	532.039		
	169.234	212.840	369.191	566.854	695.906	894.051		
Custo da transação a apropriar	(666)	(6.203)	(6.503)	(666)	(6.203)	(6.503)		
	168.568	206.637	362.688	566.188	689.703	887.548		
Passivo circulante	140.738	184.327	266.624	494.164	598.222	560.038		
Não circulante	27.830	22.310	96.064	72.024	91.481	327.510		

Modalidade de empréstimos no passivo circulante:

	Controladora			Consolidado			
	'	Reapresentado			Reapresentado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
Em moeda nacional							
Capital de giro	112.771	142.375	202.317	112.771	142.375	202.317	
Cessão de recebíveis	320	8.920	19.146	1.790	23.917	39.050	
Crédito imobiliário	28.216	38.339	48.811	380.172	437.237	322.321	
	141.307	189.634	270.274	494.733	603.529	563.688	
Custo da transação a apropriar	(569)	(5.307)	(3.650)	(569)	(5.307)	(3.650)	
	140.738	184.327	266.624	494.164	598.222	560.038	

Os financiamentos imobiliários e de capital de giro estão garantidos por hipotecas e recebíveis dos respectivos imóveis. Os valores dos recebíveis estão demonstrados pelo valor faturado e não contemplam os ajustes do POC.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo o quadro de garantia de empréstimos:

	Consolidado					
		Reapreser				
Garantia dos emprestimos	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017			
Estoque	109.474	79.739	157.289			
Contas a receber	226.801	381.932	910.008			
Aplicações financeiras	2.509	3.358	13.009			
	338.784	465.029	1.080.306			

O valor justo dos empréstimos atuais se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

Os montantes em aberto de longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

		Controladora			Consolidado			
	<u> </u>	Reapresentado			Reapresentado			
Períodos	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017		
entre 1 e 2 anos	23.695	22.310	74.718	43.471	83.303	267.055		
entre 2 e 3 anos	4.135	-	21.346	13.179	1.931	55.848		
entre 3 e 4 anos	-	-	-	1.471	2.217	4.607		
de 4 em diante	-	-	-	13.903	4.030	-		
	27.830	22.310	96.064	72.024	91.481	327.510		
Custo da transação a apropriar	(96)	(897)	(2.853)	(96)	(897)	(2.853)		

Os principais dados sobre os empréstimos e financiamentos:

oladora	Consolidado
-	77.430
37.617	318.880
-	18.874
37.617	415.184
63.010	63.010
68.607	68.607
-	20.052
131.617	151.669
	37.617 - 37.617 63.010 68.607

A Companhia possui contratos de empréstimos, com *Covenants* normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e de outros itens.

Os *Covenants* são calculados com base nos indicadores abaixo, determinados com base nas informações demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e em *Rating* independente da Fitch, sendo todos computados para a data base de 31 de dezembro de 2018:

- Índices de EBIT ajustado (Earning Before Interest and Taxes).
- Índices para Níveis máximos de endividamento.
- Índices para Níveis mínimos de liquidez.
- Rating independente da Fitch

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Destaca-se que Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia ultrapassou os limites estabelecidos para o índice de EBIT Ajustado.

A Companhia segue a orientação da regra contábil definida no CPC 26 e mantém no passivo circulante, os saldos das operações afetadas pelo Covenant. Vale destacar que a Companhia está em tratativas com as instituições financeiras responsáveis por esta operação para negociação de um Waiver para o índice ultrapassado e para repactuar os compromissos para os exercícios futuros.

	An	Antes Covenants			Após Covenants			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total da Dívida	Efeito Covenants	Curto Prazo	Longo Prazo	Total da Dívida	
Banco do Brasil	23.275	-	23.275	-	23.275	-	23.275	
Credit Suisse	19.594	-	19.594	-	19.594	-	19.594	
	42.869		42.869		42.869		42.869	

16 Debêntures

Data da emissão	Emissões	Principal R\$	Remuneração anual	Vencimento final		Controladora	
					_	Reapre	sentado
					31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
16/05/2013	3ª Emissão - 3ª serie	50.129	CDI + Juros 0,055 a.a	19/01/2016	53.615	242.833	215.932
15/08/2015	4ª Emissão	150.000	Variável (a)	17/05/2021	150.000	150.000	150.000
15/08/2015	5ª Emissão	100.000	Variável (a)	31/12/2021	90.000	90.000	90.000
10/05/2016	6ª Emissão	Opportunity	CDI + Juros 0,055 a.a	03/12/2018		-	95.187
					293.615	482.833	551.119
			Custo da transação a ap	oropriar (-)	-	(651)	(651)
					293.615	482.182	550.468
			Passivo circulante		53.615	242.182	217.325
			Passivo não circulante		240.000	240.000	333.143

Data da emissão	Emissões	Principal R\$	Remuneração anual	Vencimento final	Consolidado		
						Reapre	sentado
					31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
16/05/2013	3ª Emissão - 3ª serie	50.129	CDI + Juros 0,055 a.a	19/01/2016	53.615	242.833	215.932
10/05/2016	6ª Emissão	Opportunity	CDI + Juros 0,055 a.a	03/12/2018	-	-	95.187
					53.615	242.833	311.119
			Custo da transação a ap	oropriar (-)		(651)	(651)
					53.615	242.182	310.468
			Passivo circulante Passivo não circulante		53.615	242.182	217.325 93.143

(a) O valor de Remuneração por Debêntures corresponde a um percentual sobre o resultado consolidado da Companhia, considerando, de maneira agregada, os Exercícios de Apuração de 2016 a 2020. Caso o resultado seja negativo, não haverá remuneração e/ou perda do principal.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures serão amortizadas conforme prazos apresentados:

		Amortizações					
		Controladora		Consolidado			
		Reapre	sentado		Reapre	sentado	
Períodos	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
entre 1 e 2 anos	53.615	242.833	217.976	53.615	242.833	217.976	
entre 2 e 3 anos	-	-	93.143	-	-	93.143	
entre 3 e 4 anos	240.000	240.000	240.000	-	-	-	
	293.615	482.833	551.119	53.615	242.833	311.119	
Custo da transação a apropriar (-)	-	(651)	(651)	-	(651)	(651)	
	293.615	482.182	550.468	53.615	242.182	310.468	

17 Partes relacionadas

A Companhia, os acionistas controladores e as controladas e controladas em conjunto realizam operações comerciais e financeiras entre si, a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições consideradas pela Administração como usualmente praticadas no mercado de incorporação imobiliária.

Os saldos de partes relacionadas foram eliminados na consolidação proporcionalmente à participação da controladora.

As contas a receber de partes relacionadas no consolidado estão garantidas pela participação dessas pessoas físicas e jurídicas em empreendimentos da Companhia. Esses saldos incluem encargos financeiros atualizados pelo CDI, sem previsão de liquidação.

Ativo

Os mútuos entre empresas do grupo são remunerados com base no IGPM.

, in the second sec	Reapresentado	1
31/12/2018 31/12/	2017 01/01	1/2017
Mútuos com Sociedades Controladas (i) 397.161 409	9.298 48	81.980
Cartas de Crédito com Controladas 11.286	6.607	3.051
Demais Partes relacionadas não consolidadas (a) (ii) 86.254 73	3.959	80.456
(-) Provisão para perda estimada de créditos (a) (ii) (30.453)	-	-
Total Controladora 464.248 489	9.864 50	65.487
Outras partes Relacionadas (b) 7.676	2.736	4.625
Total Consolidado (a) + (b) 63.477 76	6.695	85.081
Atio		
)
	Reapresentado	1/2017
Demais partes relacionadas não consolidadas 31/12/2018 31/12/	Reapresentado /2017 01/0	
Demais partes relacionadas não consolidadas31/12/201831/12/2018Gelub Investimentos Imobiliários Ltda58.56055.	Reapresentado /2017 01/0: 2.962	1/2017
Demais partes relacionadas não consolidadas31/12/201831/12/2018Gelub Investimentos Imobiliários Ltda BFC Administradora de Bens S/A58.56053.560	Reapresentado /2017 01/02 2.962 8.614	1/2017 46.373
Demais partes relacionadas não consolidadas31/12/201831/12/2018Gelub Investimentos Imobiliários Ltda BFC Administradora de Bens S/A58.56053.560	Reapresentado /2017 01/02 2.962 8.614	1/2017 46.373 21.700
Demais partes relacionadas não consolidadas31/12/201831/12/2018Gelub Investimentos Imobiliários Ltda58.56055BFC Administradora de Bens S/A-58.560Shopping Park Lagos S/A-15	Reapresentado /2017 01/0: 2.962 8.614 1.262	1/2017 46.373 21.700 11.262
Demais partes relacionadas não consolidadas Gelub Investimentos Imobiliários Ltda BFC Administradora de Bens S/A Shopping Park Lagos S/A Shopinvest Empreendimentos Imobiliários S/A Shopinvest Empreendimentos Imobiliários S/A	Reapresentado /2017 01/0 2.962 8.614 1.262 900	1/2017 46.373 21.700 11.262 900
Demais partes relacionadas não consolidadas Gelub Investimentos Imobiliários Ltda BFC Administradora de Bens S/A Shopping Park Lagos S/A Shopinvest Empreendimentos Imobiliários S/A 31/12/2018	12,	52.962 8.614 11.262 900

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reapres	sentado
Outras Partes Relacionadas - Sócios	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
MRM Construtora Ltda.	-	-	993
BV Empreendimentos e Participações SA	4.457	-	-
Performance Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	2.901	2.736	2.450
Outros	318		1.182
	7.676	2.736	4.625
		Passivo	
		Reaprese	entado
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Mútuos com Sociedades Controladas (i)	236.840	163.795	107.806
Demais Partes relacionadas não consolidadas (a)	2.208	2.208	2.233
Mútuo com Acionistas (a)	98.242	40.318	110.519
Total Controladora	337.290	206.321	220.558
Outras partes Relacionadas (b)	2.321	4.040	-
Total Consolidado (a) + (b)	102.771	46.566	112.752
		Passivo	
		Reapres	
Demais partes relacionadas não consolidadas	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
MNR 6 Empreendimentos Imobiliários S/A	2.208	2.208	2.208
	2.208	2.208	2.208
Outras Partes Relacionadas - Sócios	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Mútuo com Acionistas	98.242	40.318	110.519
MRM Construtora Ltda.	2.321	2.126	110.519
Outros	2.321	1.914	
	100.563	44.358	110.519

- (i) Os mútuos com sociedades controldadas são decorrentes das transações financeiras realizadas para a manutenção das atividades operacionais relacionadas ao financiamento as obras. O maior parte saldo ativo é composto pelo valor de R\$ 260.257, decorrente do financiamento da obra executada pela controlada Macaé Realty Empreendimentos Imobiliarios Ltda, o qual a controladora possui 60% de participação.
- (ii) O saldo ativo de demais Partes relacionadas não consolidadas é composto pelo montante de R\$ 58.560, a receber da Gelub Investimentos Imobiliários Ltda., parceira em alguns empreendimentos realizados pela empresa. Este montante está em sofrendo um processo da arbitragem, na intensão de garantir o recebimento em sua totalidade. Em 2018, foi constituído uma provisão para perda estimada de créditos sobre este montante no valor de R\$ 30.453.

17.1. Remuneração dos administradores

	Controladora			Consolidado			
		Reapres	sentado		Reapresentado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
Honorários do Conselho	324	480	480	324	480	480	
Honorários da Administração	505	682	632	1.958	3.103	2.997	
	829	1.162	1.112	2.282	3.583	3.477	

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O bônus dos administradores são definidos e registrados quando da aprovação das demonstrações contábeis na Assembleia Geral de Acionistas.

17.2. Benefícios a emregados

Desde 2010 a Companhia mantém planos de previdência privada de contribuição definida para seus empregados efetuando contribuições mensais com base na folha de pagamento aos fundos oficiais de aposentadoria e de previdência social, as quais são lançadas em despesas pelo regime de competência.

Aderindo ao plano e realizando a Contribuição Participante, a João Fortes efetua a Contribuição Empresa, que é equivalente a 100% (cem por cento) da contribuição Participante.

Em caso de RESGATE TOTAL do saldo formado pela Contribuição Básica Participante, o Participante perderá integralmente o saldo formado pela Contribuição Mensal Empresa, terá seu plano cancelado, podendo retornar como novo Participante no mês de março.

Em caso de RESGATE PARCIAL do saldo formado pela Contribuição Mensal Participante, o Participante perderá a mesma proporção do saldo formado pela Contribuição Mensal Empresa e continuará normalmente no plano.

18 Contas a pagar por aquisição de imóveis

18.1. Terrenos para futuras incorporações

		Controladora			Consolidado			
		Reapres	sentado		Reapresentado			
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017		
Em unidades (permuta)	80.748	45.600	64.954	139.913	117.135	142.888		
Em moeda corrente	10.681	11.992	47.375	5.818	13.050	74.970		
	91.429	57.592	112.329	145.731	130.185	217.858		
Passivo circulante	91.429	11.992	66.729	116.823	53.802	97.324		
Passivo não circulante		45.600	45.600	28.908	76.383	120.534		
Valores a pagar por ano de	vencimento:							

Consolidado Controladora Reapresentado Reapresentado 31/12/2018 31/12/2017 01/01/2017 31/12/2018 31/12/2017 01/01/2017 Em moeda (R\$) 11.992 47.375 5.818 13.050 74.970 até 1 ano 10.681 22.354 Em unidades (permuta) 80.748 19.354 111.005 40.752 11.992 97.324 Passivo circulante 91.429 66.729 116.823 53.802 Em moeda (R\$) entre 1 e 2 anos 45.600 45.600 45.600 45.600 45.600 45.600 45.600 45.600 Em unidades (permuta) 28.908 30.783 74.934 Passivo circulante 45.600 45.600 28.908 76.383 120.534

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Adjantamento de clientes

Para as vendas de unidades não concluídas, a receita é reconhecida de acordo com o percentual de avanço físico-financeiro da obra durante todo o período de construção em conformidade com a orientação OCPC-04. Os recebimentos ocorridos antes do cronograma físico-financeiro por esta norma são registrados como adiantamentos de clientes. (Nota Explicativa nº 2.21)

	Controladora			Consolidado			
		Reapres	entado		Reapresentado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
Clientes de		000	5.005	26.455	40.600	70.075	
Incoporação imobiliária		808	6.985	26.155	43.632	78.276	
Permuta por terrenos	-	-	-	139.161	139.161	139.161	
Apropriada	-	-	-	(136.556)	(137.124)	(132.668)	
A apropriar		-	-	2.605	2.037	6.493	
		808	6.985	28.760	45.669	84.769	
Passivo circulante	<u> </u>	808	6.985	26.155	43.632	78.276	
Passivo não circulante	<u> </u>			2.605	2.037	6.493	

20 Tributos e contribuições sociais diferidos

O imposto de renda, a contribuição social, o RET, o PIS e a COFINS diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrente de diferenças temporárias entre a base fiscal, que basicamente determina o momento do recolhimento, conforme o recebimento (Instrução Normativa SRF nº 84/79) e a efetiva apropriação do lucro imobiliário, em conformidade com a Resolução nº 963/03 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Deliberação CVM 561/08 (CPC-O-01).

20.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A tributação da diferença entre o lucro auferido pelo regime de caixa e aquele apurado de acordo com o regime de competência, ocorre no prazo de recebimento das vendas realizadas e a conclusão das obras correspondentes.

Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social a serem compensados com lucros tributáveis futuros não possuem prazos prescricionais, sendo sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

A companhia não constitui impostos diferidos ativos por conta da inexistência de projeção de lucros tributáveis.

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados à alíquota de 25% e 9%, respectivamente.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		
		Reapres	sentado
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Prejuízos fiscais	8.464	9.626	10.386
Bases negativas	3.047	3.465	3.739
Diferenças temporárias:			
Contingências	55.668	42.654	30.524
Provisão p/ perdas em Investimentos permanentes	777	777	777
Provisão p/ perdas de estoques	269	619	180
Outros ativos	-	-	778.100
Ativo	68.225	57.141	823.706
Lucro líquido diferido de incoporação de imóveis	8.420	7.069	789.078
Despesas diferidas	88.694	80.618	69.446
Ganhos líquidos na venda de investimento permanente	=	-	(1.861)
Passivo	97.114	87.687	856.663
Imposto diferido líquido	(28.889)	(30.546)	(32.957)
Ativo Diferido PERT	-	53.927	-
Saldo Diferido Líquido	(28.889)	23.381	(32.957)

	Consolidado		
		Reapres	entado
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Prejuízos fiscais	8.464	9.626	10.386
Bases negativas	3.047	3.465	3.739
Diferenças temporárias:			
Contingências	80.731	49.068	34.069
Provisão p/ perdas em Investimentos permanentes	777	777	777
Provisão p/ perdas de estoques	269	619	180
Provisão p/garantia de obras	3.438	3.852	4.578
Outro ativos	-	-	778.100
Ativo	96.726	67.407	831.829
Lucro líquido diferido de incoporação de imóveis	54.229	41.803	824.988
Despesas diferidas	88.693	80.619	69.447
Ganhos líquidos na venda de investimento permanente	-	-	(1.861)
Passivo	142.922	122.422	892.574
Imposto diferido líquido	(46.196)	(55.015)	(60.745)
Ativo Diferido PERT	122	65.315	-
Saldo Diferido Líquido	(46.074)	10.300	(60.745)

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Conso	Consolidado	
		Reapresentado		Reapresentado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(421.025)	(478.862)	(436.848)	(532.132)	
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(143.150)	(162.813)	(148.528)	(180.925)	
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva					
(-) Resultado de participações societárias	114.707	109.356	9.223	2.269	
(-) Efeito líquido de adições e exclusões e					
compensação de prejuízos fiscais	43.040	109.794	148.334	240.235	
 (-) Recuperação de ativo fiscal (-) Diferença de encargo de imposto de renda e contribuição social de sociedades controladas calculados pelo lucro presumido e regime especial 	1.581	1.033	1.581	1.033	
de tributação (RET) à aliquota e bases diferenciadas	(1.581)	(1.033)	(1.581)	(1.033)	
Imposto de renda e contribuição social no período	14.597	56.337	9.029	61.579	
Parcela corrente	-	-	(10.950)	(9.238)	
Parcela diferida	14.597	56.337	19.979	70.817	
	14.597	56.337	9.029	61.579	

21 Demais tributos e contribuições a pagar

A composição dos demais tributos e contribuições pode ser assim demonstrada:

		Controladora			Consolidado		
		Reapres	entado		Reapresentado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
Ret a pagar	-	-	-	15.474	8.683	12.881	
Pis a pagar	820	1.852	1.322	1.270	2.194	3.421	
Cofins a pagar	5.037	9.711	6.278	7.185	11.074	16.038	
ISS a recolher	901	902	1.147	2.594	2.252	5.070	
INSS a recolher	176	-	1.268	2.079	1.315	5.449	
IRRF a recolher	79	490	1.272	4.129	2.056	5.037	
Encargos financeiros	-	586	231	312	7.155	7.875	
Outros	1.952	2.355	2.946	3.935	3.633	6.646	
	8.965	15.896	14.464	36.978	38.362	62.417	

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Provisão para contingências

As provisões para contingências podem ser assim demonstradas:

		Consolidado			Controladora			
	·	Reapres	entado		Reapresentado			
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017		
Cíveis	151.074	118.293	84.660	224.554	136.903	94.519		
Trabalhistas	10.065	5.956	5.119	10.297	6.211	5.683		
Tributárias	2.589	1.200	-	2.591	1.200	-		
	163.728	125.449	89.779	237.442	144.314	100.202		
Depósitos judiciais			434	2.170	2.170	2.524		

Os processos cíveis nos quais a Companhia e as sociedades controladas figuram no polo passivo estão relacionados, à revisão de cláusula contratual de reajustamento e juros sobre parcelas em cobrança, atraso de obra, rescisões, dentre outros.

Em relação às contingências cíveis, o aumento se deve, em especial, a entrega de vários empreendimentos na cidade de Brasília com atraso em suas datas de conclusão.

A maioria das ações versam sobre rescisão e devolução de valores pagos, indenização pelo atraso, lucros cessantes, etc. e ainda ações questionando corretagens pagas.

A Companhia depositou judicialmente, dadas as demandas processuais, valores para fazer face às contingências trabalhistas e cíveis.

Conforme avaliações da Administração, amparada pelos consultores jurídicos responsáveis pelos processos, as contingências com expectativa possível de perda da Companhia e de suas controladas, para o qual não foi constituída provisão, corroborada por seus consultores jurídicos, em razão da matéria fática envolvida e das contestações apresentadas nos referidos processos, pode assim ser demonstradas:

		Consolidado			Controladora			
		Reapres	resentado		Reapresentado			
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017		
Cíveis	60.230	40.345	38.371	68.764	46.649	41.835		
Trabalhistas	16.700	19.714	19.499	22.865	25.655	23.447		
Tributárias	19.046	20.132	30.505	19.046	20.132	39.647		
	95.976	80.191	88.375	110.675	92.436	104.929		

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Provisão para garantia de obra

As provisões por garantia de obras são alocadas na controladora, por ser ela a executora da construção na maioria dos empreendimentos. No caso de empresa subcontratadas para execução dos serviços (responsabilidade e custos), os montantes não são significativos, e dessa forma, vêm sendo reconhecidos quando efetivamente incorridos.

	Consolidado			
	Reapresentado		entado	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
Garantia de obras	10.113	11.329	13.465	
Passivo circulante Passivo não circulante	3.410 6.703	3.496 7.833	2.800 10.665	

Como parte de acordo de saída da sociedade, os ex-controladores da Incorporadora Pinheiro Pereira S.A. (atual João Fortes Niterói) deram em garantia à Companhia nove apartamentos em valor de R\$ 4.811 mil para cobrir eventuais despesas de indenizações com os adquirentes do empreendimento Contemporanium, referente aos imóveis comercializados até 14 de outubro de 2011. O valor de R\$ 4.811 mil será atualizado pelo IGP-M da data de assinatura do presente contrato até a data de execução da garantia, se aplicável.

Caso a João Fortes incorra em alguma dívida proveniente do empreendimento Contemporanium, os ex-controladores possuem a opção de liquidar a dívida com a JFE em dinheiro ou a JFE terá a opção de exercer a garantia acima citada, até o limite da dívida.

24 Provisão para resisões a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 ao saldo de provisões para rescisões a pagar no montante de R\$ 87.752 (Em 31 de dezembro de 2017 – R\$ 90.537) é decorrentes dos processos de distrato o contrato de compromisso de compra e venda de imóveis.

Por efeito do distrato, a empresa reconhece o passivo de devolução de adiantamentos de cliente e baixas do contas a receber registrados e os efeitos de ganho ou perda são reconhecidos imediatamente ao resultado.

Nos distratos de contrato de compromisso de compra e venda de imóveis, a receita e o custo reconhecido no resultado são revertidos, conforme os critérios de apuração mencionados anteriormente. A reversão do custo aumenta os estoques.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 Outros passivos

	Controladora			Consolidado			
		Reapres	entado		Reapresentado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
Indenizações a pagar	412	412	2.726	49.369	29.331	35.436	
Reembolsáveis a clientes	227	3.287	23.674	10.524	23.127	47.535	
Dividendos antecipados	4.687	4.733	3.361	5.521	5.517	4.146	
Créditos não identificados	3.198	3.110	2.736	11.759	14.344	14.599	
Outros contas a pagar	2.306	4.159	6.655	15.183	21.086	20.794	
	10.830	15.701	39.152	92.356	93.405	122.510	
Parcela circulante	5.856	6.021	17.863	31.518	42.787	53.239	
Parcela não circulante	4.974	9.680	21.289	60.838	50.618	69.271	

26 Seguros

A Companhia e suas controladas contratam seguros de riscos de engenharia e responsabilidade civil, sendo a cobertura contratada, como indicada a seguir, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

		Consolidado		
	·	Reapresentado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	
Engenharia	508.148	686.955	932.694	
Responsabilidade civil	8.900	17.900	29.900	
Incêndio e Empresarial	9.250	8.530	8.486	
	526.298	713.385	971.080	

27 Patrimônio Líquido

27.1. Capital social

O Capital Social integralizado da Companhia Em 31 de dezembro de 2018 é de R\$2.103.387 e em 31 de dezembro de 2017 era de R\$1.851.386.

27.2. Aumento de capital

Em 28 de março de 2018 foi homologado o processo de aumento de capital, no valor total de R\$ 460.599, através da emissão de 511.776.594 novas ações ordinárias escriturais e sem valor nominal. O novo capital social da empresa passa a ser R\$ 2.103.387, divididos em 1.052.038.158 ações, todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. O valor de R\$ 222.034 será integralizado na medida da amortização da dívida da Companhia, à qual se destina o referido aumento. Em razão do grupamento de ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de setembro de 2017, na proporção de 10 ações ordinárias para 1 ação ordinária, o número de ações passou a ser de 105.203.815, implementado pela Bovespa a partir de 05 de abril de 2018.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.3. Ações em tesouraria

Os ex-acionistas da IPP (atual João Fortes Construtora Ltda.) se retiraram da sociedade e entregaram ações de sua propriedade, no valor de R\$ 12.058, para quitar os compromissos assumidos quando da venda da IPP, tendo sido autorizado pelo Conselho de Administração na Reunião de 28 de março de 2018 a venda das referidas ações em bolsa, a ser realizada conforme condições de mercado.

28 Informação por segmento de negócio

A Administração da Companhia baseia os seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras consolidadas, na mesma base que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como "Negócios Imobiliários".

A informação segmentada por preços de produtos ou por área geográfica também não é relevante, pois a Companhia trabalha com um custo limitado para aquisição de terrenos nas cidades em que são lançados os empreendimentos, conforme viabilidade econômico-financeira.

Como consequência, devido ao fato de a administração não utilizar qualquer sistema de informação diferente das demonstrações financeiras e não usar nenhum indicador que não os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, nenhum relatório específico será demonstrado, como definido pelo CPC 22.

Resultado operacional bruto

	Contro	oladora	Consolidado		
		Reapresentado		Reapresentado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Demonstração da Receita Liquida					
Incorporação de imóveis	8.788	31.549	91.839	149.709	
Contrato de construção					
Obras por administração	-	53	7.499	14.612	
Comissão sobre planejamento e vendas	-	=	580	1.909	
Receita de aluguel	8	58	3.612	2.195	
Outras receitas	141	323	141	325	
Total da Receita Bruta	8.937	31.983	103.671	168.750	
Impostos Incidentes sobre vendas	(820)	(3.257)	(4.890)	(8.264)	
Receita Liquida	8.117	28.726	98.781	160.486	
Custo dos Produtos e Serviços Prestados					
Incorporação de imóveis					
Custo da Unidade Vendida	(11.008)	(33.609)	(106.154)	(149.180)	
Custo financeiro das unidades vendidas	(4.131)	(13.867)	(40.969)	(62.597)	
Custo de Manutenção	(798)	(1.638)	(5.430)	(2.877)	
	(15.937)	(49.114)	(152.553)	(214.654)	
Contrato de construção					
Obras por administração	(141)	(214)	(8.217)	(16.618)	
Custo dos Produtos e Serviços Prestados	(16.078)	(49.328)	(160.770)	(231.272)	
Lucro bruto	(7.961)	(20.602)	(61.989)	(70.786)	

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Resultado financeiro

	Control	ladora	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Resultado financeiro			_		
Despesas					
Emprestimos e financiamentos	(5.791)	(46.043)	(49.133)	(96.301)	
Variações monetárias passivas	(58.933)	(41.608)	(59.476)	(42.652)	
Descontos concedidos	(2.523)	(2.010)	(21.713)	(30.717)	
Encargos moratórios	377	(2.601)	4.801	(6.132)	
Outras	(6.391)	(1.797)	(9.488)	(4.721)	
	(73.261)	(94.059)	(135.009)	(180.523)	
(-) Despesas alocadas ao empreendimentos	60.645	77.092	60.646	77.092	
	(12.616)	(16.967)	(74.363)	(103.431)	
Receitas					
Variação monetarias ativas	15.782	11.162	32.388	5.571	
Receitas de aplic. financeiras	(649)	(251)	657	2.523	
Outras	2.688	2.275	9.185	9.848	
	17.821	13.186	42.230	17.942	
	5.205	(3.781)	(32.133)	(85.489)	

30 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Custo na venda de investimentos (a)	(3.527)	(42.604)	(3.527)	(42.604)	
Outras receitas / (custos) de investimento	-	(1.753)	-	(1.753)	
Perda na rescisão de terrenos (b)	(2)	(92.037)	(2)	(126.476)	
Perdas estimadas na realização dos estoques	1.030	(1.292)	(87.559)	(117.780)	
Provisões cíveis	(36.890)	(34.470)	(91.738)	(40.130)	
Indenizações	(9.767)	(1.834)	(15.568)	(14.911)	
Prov. para indenizações por atraso de obra	(1.674)	(912)	(22.373)	1.942	
Despesas operacionais diversos	(12.140)	(1.312)	(12.450)	(16.509)	
	(62.970)	(176.214)	(233.217)	(358.221)	
Receita na venda de investimentos (c)	2.500	16.000	2.500	16.000	
Reembolso de despesas	-	143	-	195	
Outras receitas	9	48.639	468	61.490	
	2.509	64.782	2.968	77.685	

	Contro	oladora	Consolidado		
Custo na venda de investimentos	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
JFE 25 Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	(4.197)	-	(4.197)	
JFE 28 Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	(37.981)	-	(37.981)	
JFE 29 Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	(426)	-	(426)	
JFE 78 Empreendimentos Imobiliários Ltda	(3.527)	-	(3.527)	-	
(a	a) (3.527)	(42.604)	(3.527)	(42.604)	

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Contro	ladora	Consolidado		
Perda na rescisão de terrenos		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
João Fortes Engenharia S.A. JFE 62 Empreendimentos Imobiliários Ltda		(2)	(92.037) -	(2)	(92.037) (34.439)	
	(b)	(2)	(92.037)	(2)	(126.476)	
		Controladora Con		Consoli	solidado	
Receita na venda de investimentos		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
JFE 25 Empreendimentos Imobiliários Ltda JFE 28 Empreendimentos Imobiliários Ltda		-	1.596 14.242	-	1.596 14.242	
JFE 29 Empreendimentos Imobiliários Ltda		-	162	-	162	
JFE 78 Empreendimentos Imobiliários Ltda		2.500	-	2.500	-	
	(c)	2.500	16.000	2.500	16.000	

31 Despesas por natureza

31.1.Despesas comerciais

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2018 31/12/2017		31/12/2017	
Corretagem	(127)	(4.431)	(4.596)	(12.359)	
Publicidade	(271)	(335)	(894)	(1.102)	
Stands de Venda e Apto decorado	-	(3)	(139)	(647)	
Outras despesas de comercialização	(2.327)	(2.256)	(17.622)	(18.435)	
	(2.725)	(7.025)	(23.251)	(32.543)	

31.2.Despesas gerais e administrativas

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2018		31/12/2018	31/12/2017	
Pessoal	(4.943)	(7.583)	(18.368)	(24.221)	
Gastos gerais	(5.515)	(11.693)	(25.496)	(18.629)	
Depreciação	(757)	(1.743)	(1.414)	(2.025)	
	(11.215)	(21.019)	(45.278)	(44.875)	

32 Prejuízo líquido por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação parcial para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consol	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017		
Prejuízo líquido do período	(406.428)	(422.525)		
Quantidade ponderada de ações	207.170.143	420.527.092		
Resultado por ação diluído	(1,9618)	(1,0048)		

33 Empreendimentos em Construção – informações e compromissos

Em atendimento aos Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, referente ao reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias não concluídas nas incorporadoras imobiliárias brasileiras, a Companhia apresenta informações acerca dos empreendimentos em construção, em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Rendas a apropriar de unidades vendidas	-	1.129	13.335	106.364	151.100	325.914
Custo orçado a apropriar de unidades vendidas	-	(1.007)	(11.824)	(75.111)	(100.412)	(216.345)
Custo orçado a apropriar de unidades em estoque	-	(24)	(1.906)	(83.264)	(136.473)	(153.871)
(i) Receita de vendas a apropriar de unidades vendid	as					
Empreendimentos em construção:						
(a) Receita de vendas contratadas	-	132.340	241.073	440.163	1.100.583	1.899.780
Receita de vendas apropriadas:						
Receitas de vendas apropriadas	-	87.417	145.794	166.925	610.024	1.043.633
Distratos – receitas estornadas	-	(43.794)	(81.944)	(166.874)	(339.459)	(530.233)
(b) Receita de vendas apropriadas líquidas	_	(131.211)	(227.738)	(333.799)	(949.483)	(1.573.866)
Receita de vendas a apropriar (a+b) (a)		1.129	13.335	106.364	151.100	325.914
(ii) Receita de indenização por distratos	2.718	5.960	6.381	10.290	20.988	11.014
(iii) Receita de vendas a apropriar de contratos não qualificáveis para reconhecimento de receita	-	-	-	-	-	-
(iv) Provisão para distratos (passivo)						
Ajustes em receitas apropriadas	23.136	43.794	81.944	166.874	339.459	530.233
Ajustes em contas a receber de clientes	13.876	28.612	56.604	75.234	213.451	347.633
Receita indenização por distratos	(2.718)	(5.960)	(6.381)	(10.290)	(20.988)	(11.014)
Passivo – devolução por distratos	6.437	6.596	19.721	74.656	83.727	157.403
(v) Custos orçados a apropriar de unidades vendidas						
Empreendimentos em construção:						
(a) Custo orçado das unidades	-	(118.000)	(209.164)	(314.635)	(781.802)	(1.356.336)
Custo incorrido das unidades:						
Custo de construção	-	(84.148)	(135.882)	(114.369)	(426.796)	(742.316)
Distratos – custos de construção	-	32.845	61.458	125.155	254.594	397.675
(b) Custo incorrido líquido		116.993	197.340	239.524	681.390	1.139.991
Custo a incorrer das unidades vendidas (a+b) (b)		(1.007)	(11.824)	(75.111)	(100.412)	(216.345)
(iii) Custos orçados a apropriar de unidades em estoque						
Empreendimentos em construção:						
Custo orçado das unidades	_	(2.844)	(20.616)	(463.802)	(644.899)	(748.902)
Custo incorrido das unidades	-	2.820	18.710	380.538	508.426	595.031
Custo orçado a apropriar		(24)	(1.906)	(83.264)	(136.473)	(153.871)
					<u> </u>	

Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) As receitas de unidades vendidas a apropriar estão mensuradas pelo valor nominal dos contratos, acrescido de atualizações contratuais e deduzidos de distratos, não considerando os efeitos de impostos incidentes e ajuste a valor

presente e não contemplam os empreendimentos que estão sob restrição por cláusula suspensiva (período legal de 180

dias que a Companhia pode cancelar uma incorporação) e portanto não apropriada ao resultado.

(b) Os custos orçados das unidades vendidas e em estoque a incorrer não contemplam encargos financeiros, os quais são apropriados aos imóveis a comercializar e ao resultado (custo dos imóveis vendidos) proporcionalmente às unidades

imobiliarias vendidas a medida que são incorridas.

Em 31 de dezembro de 2018, o percentual dos ativos consolidados nas demonstrações financeiras referentes a

empreendimentos inseridos em estrutura de segregação patrimonial da incorporação, era de 29,39% (45,79% em 2017).

34 Comunicação com órgãos reguladores

Durante o ano de 2018, foram feitas comunicações com a CVM sobre o processo de aumento de capital que estava em

andamento, foram respondidos questionamentos deste órgão regulador acerca de pedido de falência e movimentações atípicas de ações e prestados esclarecimentos sobre negociação em período de vedação. Além disso, foram prestadas todas

as informações periódicas de cunho obrigatório.

35 Evento subsequente

Não ocorreram, até a presente data, eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem

como as operações da companhia.

Roberto Alexandre de A. A. Q. Correa Representante Legal - Diretor Financeiro

CPF: 850.819.657-11

Rafael Luis Souza do Nascimento Contador - CRCRJ-105.669/O-4

CPF: 097.273.207-16

107